

SERPROS FUNDO MULTIPATROCINADO

**Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em
31 de dezembro de 2025**

Março de 2026

CONTEÚDO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Consolidadas

Balço Patrimonial	2
Demonstraço da Mutaço do Patrimnio Social – DMPS	3
Demonstraço do Plano de Gestõ Administrativa – DPGA	4

Plano Previdencial PS-I

Demonstraço do Ativo Líquido – DAL	5
Demonstraço da Mutaço do Ativo Líquido – DMAL	6
Demonstraço das Provisões Técnicas – DPT	7

Plano Previdencial PS-II

Demonstraço do Ativo Líquido – DAL (Parcela BD)	8
Demonstraço da Mutaço do Ativo Líquido – DMAL (Parcela BD)	9
Demonstraço das Provisões Técnicas – DPT (Parcela BD)	10
Demonstraço do Ativo Líquido – DAL (Parcela CD)	11
Demonstraço da Mutaço do Ativo Líquido – DMAL (Parcela CD)	12
Demonstraço das Provisões Técnicas – DPT (Parcela CD)	13

Plano Previdencial SER+

Demonstraço do Ativo Líquido – DAL	14
Demonstraço da Mutaço do Ativo Líquido – DMAL	15
Demonstraço das Provisões Técnicas – DPT	16

NOTAS EXPLICATIVAS	17
---------------------------------	-----------

BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil

CONSOLIDADO							
ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<u>DISPONÍVEL</u>	5	<u>2.721</u>	<u>578</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	10	<u>232.092</u>	<u>268.402</u>
				Gestão Previdencial		212.708	251.877
<u>REALIZÁVEL</u>		<u>9.314.078</u>	<u>8.617.041</u>	Gestão Administrativa		6.869	4.700
Gestão Previdencial	6	10.283	26.503	Investimentos		12.515	11.825
Gestão Administrativa	7	513	947				
Investimentos	8	9.303.282	8.589.591	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	11	<u>22.742</u>	<u>17.568</u>
Fundos de Investimento		8.799.131	8.113.034	Gestão Previdencial		10.291	9.041
Investimentos em Imóveis		87.516	96.529	Gestão Administrativa		4.785	1.821,00
Operações com Participantes		101.096	82.980	Investimentos		7.666	6.706
Depósitos Judiciais / Recursais		1.423	1.109				
Recursos a Receber - Precatórios		313.118	294.811	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>		<u>9.062.469</u>	<u>8.332.155</u>
Outros Realizáveis		998	1.128	Patrimônio de Cobertura do Plano		8.605.475	7.909.127
				Provisões Matemáticas	12	8.630.346	8.009.338
<u>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</u>		<u>504</u>	<u>506</u>	Benefícios Concedidos		4.504.136	4.327.506
Imobilizado	9	436	404	Benefícios a Conceder		4.219.375	3.783.770
Intangível		68	102	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(93.165)	(101.938)
				Equilíbrio Técnico	13	(24.871)	(100.211)
				Resultados Realizados		(24.871)	(100.211)
				Superávit Técnico Acumulado		151.365	112.767
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(176.236)	(212.978)
				Fundos	14	456.994	423.028
				Fundos Previdenciais		348.167	322.453
				Fundos Administrativos		91.946	85.989
				Fundos para Garantia das Operações com Participantes		16.881	14.586
TOTAL DO ATIVO		9.317.303	8.618.125	TOTAL DO PASSIVO		9.317.303	8.618.125

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS) EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil

CONSOLIDADO				
DESCRIÇÃO		31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		8.332.155	8.097.066	2,90%
1. Adições		1.626.605	850.482	91,26%
(+)	Contribuições Previdenciais	323.547	294.099	10,01%
(+)	Portabilidade	22.880	21.204	7,90%
(+)	Migração entre Planos	43.481	31.154	39,57%
(+)	Outras Adições Previdenciais	277.125	15.937	1638,88%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	914.780	450.086	103,25%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	2.817	-100,00%
(+)	Receitas Administrativas	31.442	29.456	6,74%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	11.056	3.714	197,68%
(+)	Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.294	2.015	13,85%
2. Destinações		(896.291)	(615.393)	45,65%
(-)	Benefícios	(423.134)	(393.318)	7,58%
(-)	Resgates	(113.298)	(41.813)	170,96%
(-)	Portabilidade	(23.162)	(20.546)	12,73%
(-)	Migração entre Planos	(43.480)	(31.154)	39,56%
(-)	Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	-	(1.411)	-100,00%
(-)	Outras Destinações	(255.426)	(90.684)	181,67%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.250)	-	0,00%
(-)	Despesas Administrativas	(33.577)	(34.646)	-3,09%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2.964)	(1.821)	62,79%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		730.314	235.089	210,65%
(+/-)	Provisões Matemáticas	621.008	396.629	56,57%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	75.341	(175.352)	-142,97%
(+/-)	Fundos Previdenciais	25.713	15.094	70,35%
(+/-)	Fundos Administrativos	5.957	(3.297)	-280,68%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.295	2.015	13,90%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social		-	-	-
(+/-)	Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
5. Operações Transitórias		-	-	-
(+/-)	Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4+5)		9.062.469	8.332.155	8,77%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA) EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	85.989	89.286	-3,69%
1. Custeio da Gestão Administrativa	42.498	33.170	28,12%
1.1 Receitas	42.498	33.170	28,12%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	1	-100,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	29.004	27.421	5,77%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2.368	1.993	18,82%
Receitas Diretas	2	1	100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	11.056	3.714	197,68%
Outras Receitas	68	40	70,00%
2. Despesas Administrativas	33.577	34.646	-3,09%
2.1 Administração Previdencial	33.576	34.630	-3,04%
Pessoal e Encargos	24.095	25.800	-6,61%
Treinamentos / congressos e seminários	390	304	28,29%
Viagens e estadias	512	252	103,17%
Serviços de terceiros	4.670	4.593	1,68%
Despesas gerais	888	995	-10,75%
Depreciações e amortizações	204	230	-11,30%
Tributos	2.817	2.456	14,70%
2.2 Provisão para Perdas Estimadas	-	-	-
2.3 Administração da Gestão Assistencial	-	-	-
2.4 Remuneração - Antecipação de Contribuições Patrocinadores	-	-	-
2.5 Fomento	-	-	-
2.6 Outras Despesas	1	16	-93,75%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	2.964	1.821	62,77%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	5.957	(3.297)	-280,68%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	5.957	(3.297)	-280,68%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	91.946	85.989	6,93%



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil			
PLANO BD - PSI			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
1 Ativos	2.997.608	2.910.752	2,98%
Disponível	-	69	-100,00%
Recebível	40.020	38.679	3,47%
Investimento	2.957.588	2.872.004	2,98%
Fundos de Investimento	2.705.831	2.626.860	3,01%
Investimentos em Imóveis	45.204	50.961	-11,30%
Empréstimos e Financiamentos	26.133	24.202	7,98%
Depósitos Judiciais / Recursais	458	388	18,04%
Recursos a Receber - Precatórios	179.338	168.853	6,21%
Outros Realizáveis	624	740	-15,68%
2 Obrigações	15.481	12.985	19,22%
Operacional	12.273	10.116	21,32%
Contingencial	3.208	2.869	11,82%
3 Fundos Não Previdenciais	44.109	41.611	6,00%
Fundos Administrativos	35.050	33.536	4,51%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	9.059	8.075	12,19%
4 Resultados a Realizar	-	-	-
5 Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.938.018	2.856.156	2,87%
Provisões Matemáticas	3.114.254	3.069.134	1,47%
Superávit/Déficit Técnico	(176.236)	(212.978)	-17,25%
6 Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(36.167)	(99.535)	-63,66%
a) Equilíbrio Técnico	(176.236)	(212.978)	-17,25%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	140.069	113.443	23,47%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(36.167)	(99.535)	-63,66%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil
PLANO BD - PSI

DESCR I Ç Ã O		31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		2.856.156	2.877.550	-0,74%
1. Adições		347.887	230.767	50,75%
(+)	Contribuições	61.667	58.780	4,91%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	286.045	168.296	69,97%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	62	2.262	-97,26%
(+)	Outras Adições	113	1.429	-92,09%
2. Destinações		(266.025)	(252.161)	5,50%
(-)	Benefícios	(265.524)	(250.646)	5,94%
(-)	Resgates	(10)	-	100,00%
(-)	Outras Destinações	(491)	(1.515)	-67,59%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		81.862	(21.394)	-482,64%
(+/-)	Provisões Matemáticas	45.120	66.741	-32,40%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	36.742	(88.135)	-141,69%
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	0,00%
(+/-)	Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	0,00%
5. Operações Transitórias		-	-	0,00%
(+/-)	Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)		2.938.018	2.856.156	2,87%
C) Fundos não previdenciais		2.498	(1.284)	-294,55%
(+/-)	Fundos Administrativos	1.514	(2.259)	-167,02%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	984	975	0,92%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil			
PLANO BD - PSI			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Varição no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.962.557	2.877.216	2,97
1.Provisões Matemáticas	3.114.254	3.069.134	1,47
1.1.Benefícios Concedidos	2.616.305	2.536.340	3,15
Benefício Definido	2.616.305	2.536.340	3,15
1.2.Benefício a Conceder	591.113	634.732	-6,87
Benefício Definido	591.113	634.732	-6,87
2.Equilíbrio Técnico	(176.236)	(212.978)	-17,25
2.1.Resultados Realizados	(176.236)	(212.978)	-17,25
(-)Défict técnico acumulado	(176.236)	(212.978)	-17,25
3. Fundos	9.059	8.075	12,19
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	0,00
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	9.059	8.075	12,19
4. Exigível Operacional	12.273	10.116	21,32
4.1. Gestão Previdencial	5.340	3.130	70,61
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.933	6.986	-0,76
5. Exigível Contingencial	3.207	2.869	11,78
5.1 Gestão Previdencial	(1)	62	-101,61
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	3.208	2.807	14,29

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil			
PLANO BD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Varição no Exercício (%)
1 Ativos	2.405.316	2.281.579	5,42%
Disponível	3	10	-70,00%
Recebível	22.956	21.186	8,35%
Investimento	2.382.357	2.260.383	5,40%
Fundos de Investimento	2.343.339	2.223.035	5,41%
Investimentos em Imóveis	5.221	5.886	-11,30%
Empréstimos e Financiamentos	6.880	6.096	12,86%
Depósitos Judiciais / Recursais	150	150	0,00%
Recursos a Receber - Precatórios	26.695	25.134	6,21%
Outros Realizáveis	72	82	-12,20%
2 Obrigações	43.712	56.864	-23,13%
Operacional	30.455	45.332	-32,82%
Contingencial	13.257	11.532	14,96%
3 Fundos Não Previdenciais	21.893	19.915	9,93%
Fundos Administrativos	20.495	18.883	8,54%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.398	1.032	35,47%
4 Resultados a Realizar	-	-	-
5 Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.339.711	2.204.800	6,12%
Provisões Matemáticas	1.841.883	1.770.046	4,06%
Superávit/Déficit Técnico	151.365	112.767	34,23%
Fundos Previdenciais	346.463	321.987	7,60%
6 Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	294.500	215.217	36,84%
a) Equilíbrio Técnico	151.365	112.767	34,23%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	143.135	102.450	39,71%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	294.500	215.217	36,84%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil

PLANO BD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.204.800	2.190.939	0,63%
1. Adições	285.955	154.640	84,92%
(+) Contribuições	2.032	7.621	-73,34%
(+) Migração entre Planos	43.481	31.154	39,57%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	240.307	115.213	108,58%
(+) Outras Adições	135	97	39,18%
2. Destinações	(151.044)	(140.779)	7,29%
(-) Benefícios	(148.145)	(138.337)	7,09%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.312)	-	100,00%
(-) Outras Destinações	(1.587)	(2.442)	-35,01%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	134.911	13.861	873,31%
(+/-) Provisões Matemáticas	71.838	85.093	-15,58%
(+/-) Fundos Previdenciais	24.476	15.983	53,14%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	38.597	(87.215)	-144,26%
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	2.339.711	2.204.800	6,12%
C) Fundos não previdenciais	1.978	(788)	-351,02%
(+/-) Fundos Administrativos	1.612	(1.108)	-245,49%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	366	320	14,38%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil			
PLANO BD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.384.823	2.262.696	5,40%
1.Provisões Matemáticas	1.841.884	1.770.046	4,06%
1.1.Benefícios Concedidos	1.841.884	1.770.046	4,06%
Benefício Definido	1.841.884	1.770.046	4,06%
2.Equilíbrio Técnico	151.365	112.767	3422,81%
2.1.Resultados Realizados	151.365	112.767	3422,81%
Superávit técnico acumulado	151.365	112.767	34,23%
Reserva de contingência	151.365	112.767	34,23%
3. Fundos	347.861	323.019	7,69%
3.1. Fundos Previdenciais	346.463	321.987	7,60%
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	1.398	1.032	35,47%
4. Exigível Operacional	30.456	45.332	-32,82%
4.1. Gestão Previdencial	28.642	44.426	-35,53%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.814	906	100,22%
5. Exigível Contingencial	13.257	11.532	14,96%
5.1 Gestão Previdencial	10.291	8.978	14,62%
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	2.966	2.554	16,13%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil			
PLANO CD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Varição no Exercício (%)
1 Ativos	3.856.214	3.388.918	13,79%
Disponível	1.190	182	553,85%
Recebível	39.253	52.626	-25,41%
Investimento	3.815.771	3.336.110	14,38%
Fundos de Investimento	3.618.391	3.157.944	14,58%
Investimentos em Imóveis	21.099	23.787	-11,30%
Empréstimos e Financiamentos	68.083	52.682	29,23%
Depósitos Judiciais / Recursais	814	570	42,81%
Recursos a Receber - Precatórios	107.085	100.824	6,21%
Outros Realizáveis	299	303	-1,32%
2 Obrigações	187.176	209.342	-10,59%
Operacional	185.684	207.997	-10,73%
Contingencial	1.492	1.345	10,93%
3 Fundos Não Previdenciais	42.825	39.048	9,67%
Fundos Administrativos	36.401	33.570	8,43%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	6.424	5.478	17,27%
4 Resultados a Realizar	-	-	-
5 Ativo Líquido (1-2-3-4)	3.626.213	3.140.528	15,47%
Provisões Matemáticas	3.624.509	3.140.061	15,43%
Fundos Previdenciais	1.704	467	264,88%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil				
PLANO CD - PSII				
DESCRIÇÃO		31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	3.140.528	2.914.331	7,76%
	1. Adições	918.964	407.825	125,33%
(+)	Contribuições	259.025	226.924	14,15%
(+)	Portabilidade	73	1.770	-95,88%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	382.989	164.720	132,51%
(+)	Outras Adições	276.877	14.411	1821,29%
	2. Destinações	(433.279)	(181.628)	138,55%
(-)	Resgates	(113.288)	(41.813)	170,94%
(-)	Portabilidade	(23.162)	(20.524)	12,85%
(-)	Migração de Planos	(43.481)	(31.154)	39,57%
(-)	Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	-	(1.411)	-100,00%
(-)	Outras Destinações	(253.348)	(86.726)	192,12%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	485.685	226.197	114,72%
(+/-)	Provisões Matemáticas	484.448	227.086	113,33%
(+/-)	Fundo Previdencial	1.237	(889)	-239,15%
	4. Outros Eeventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-)	Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
	5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-)	Operações Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	3.626.213	3.140.528	15,47%
	C) Fundos não previdenciais	3.777	789	378,71%
(+/-)	Fundos Administrativos	2.831	70	3944,29%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	946	719	31,57%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil			
PLANO CD - PSII			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.819.813	3.355.349	13,84%
1. Provisões Matemáticas	3.624.509	3.140.061	15,43%
1.1. Benefícios Concedidos	-	-	-
1.2. Benefício a Conceder	3.624.509	3.140.061	15,43%
Contribuição Definida	3.624.509	3.140.061	15,43%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	1.543.014	1.307.717	17,99%
Saldo de contas - parcela participantes	2.081.495	1.832.344	13,60%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	8.128	5.946	36,70%
3.1. Fundos Previdenciais	1.704	467	264,88%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes	6.424	5.479	17,25%
4. Exigível Operacional	185.684	207.997	-10,73%
4.1. Gestão Previdencial	181.922	204.302	-10,95%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.762	3.695	1,81%
5. Exigível Contingencial	1.492	1.345	10,93%
5.1 Gestão Previdencial	-	-	0,00%
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	1.492	1.345	10,93%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil			
PLANO SER+			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Varição no Exercício (%)
1. Ativos	49.779	30.115	65,30%
Disponível	-	23	-100,00%
Investimento	49.779	30.092	65,42%
Fundos de Investimento	49.779	30.092	65,42%
2. Obrigações	80	18	344,44%
Operacional	80	18	344,44%
3. Fundos Não Previdenciais	-	-	-
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	49.699	30.097	65,13%
Provisões Matemáticas	49.699	30.097	65,13%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil

PLANO SER+			
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	30.097	12.389	142,93%
1. Adições	29.067	22.066	31,73%
(+) Contribuições	822	774	6,20%
(+) Portabilidade	22.807	19.434	17,36%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.438	1.858	192,68%
2. Destinações	(9.465)	(4.358)	117,19%
(-) Benefícios	(9.465)	(4.335)	118,34%
(-) Portabilidade	-	(22)	-100,00%
(-) Custeio Administrativo	-	(1)	-100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	19.602	17.708	10,70%
(+/-) Provisões Matemáticas	19.602	17.708	10,70%
4. Outros Eeventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	49.699	30.097	65,13%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM DEZEMBRO / 2025 - Em Reais Mil
PLANO SER+

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	49.779	30.116	65,29%
1.Provisões Matemáticas	49.699	30.098	65,12%
Contribuição Definida	45.946	21.120	117,55%
1.2.Benefício a Conceder	3.753	8.978	-58,20%
Contribuição Definida	3.753	8.978	-58,20%
Saldo de contas - parcela participantes	3.753	8.978	-58,20%
2.Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	80	18	344,44%
4.1. Gestão Previdencial	80	18	344,44%
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O SERPROS Fundo Multipatrocinado, instituído em outubro de 1977, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado, patrocinado pelo SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados e pelo próprio SERPROS, com a finalidade de instituir e administrar planos de benefícios, conforme as normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de seus Patrocinadores que firmaram convênios de adesão com os Planos, de seus Participantes e Assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na qualidade de entidade multipatrocinada, o SERPROS é responsável pela administração de Planos de Benefícios nas modalidades de Benefício Definido (Plano de Benefícios SERPRO I), de Contribuição Variável (Plano de Benefícios SERPRO II) e Contribuição Definida (Plano de Benefícios SER+).

2. PLANOS ADMINISTRADOS

2.1. O Plano de Benefícios SERPRO I – PS-I, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujos benefícios têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Está registrado no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da PREVIC sob o nº 1980.0016-18 e CNPJ 48.306.622/0001-79. Este Plano está fechado a novas adesões desde 1996, com posterior implantação do Plano de Benefícios SERPRO II e opção de migração. Em 01/04/2013 o plano foi saldado.

Os benefícios do Plano PS-I são avaliados pelo regime financeiro de capitalização conjugado com o método agregado, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e legislação vigente.



Desde o saldamento do plano, em 01/04/2013, não há mais adoção de premissa de crescimento real salarial e não é aplicado ao participante ativo a contribuição normal, somente contribuição extraordinária. O participante detentor do Benefício Proporcional Acumulado (BPA) cessou as suas contribuições normais ao plano até o início do recebimento do BPA. A partir do início do recebimento do benefício, o participante efetuará as contribuições previstas no plano de custeio para os assistidos.

2.2. O Plano de Benefícios SERPRO II – PS-II, de caráter previdenciário, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados – PS-II CD e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios – PS-II BD, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização. Está registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB da PREVIC sob o nº 1998.0077-74 e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ 48.307.027/0001-58.

A metodologia utilizada na avaliação dos benefícios a conceder de Aposentadoria Programada e sua respectiva reversão em Pensão por Morte, de Aposentadoria por Invalidez e de Pensão por Morte de Ativo, bem como para os institutos de Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate foi pautada no regime financeiro de Capitalização e método de financiamento de Capitalização Financeira.

O valor da diferença de compromisso necessário ao pagamento da garantia do valor mínimo de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte de Ativo, bem como o compromisso com a reversão em Pensão da Aposentadoria por Invalidez e o Pecúlio por Morte de Futuro Assistido Inválido são avaliados pelo método de Repartição de Capitais de Cobertura.

Os benefícios de Auxílio-Doença, de Auxílio-Reclusão e de Pecúlio por Morte de Ativo são avaliados pelo regime de Repartição Simples. O pecúlio por Morte de Futuro Assistido Válido é avaliado pelo regime de Capitalização e pelo método de Crédito Unitário Projetado.

2.3. O Plano SER +, é um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, que adota o método de Capitalização Financeira, visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de concessão da renda. As provisões matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições de participantes e de terceiros, seja do instituidor ou das pessoas físicas ou jurídicas a ele vinculadas, acrescidos do retorno dos investimentos deduzidos de eventuais resgates parciais, benefícios temporários e, após a concessão do benefício, dos valores pagos de rendas mensais.

2.4. O Plano de Gestão Administrativa (PGA), é um plano que tem a finalidade de registrar as atividades inerentes a Gestão Administrativa da Entidade, em conformidade com seu regulamento,

aprovado pelo Conselho Deliberativo, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios de responsabilidade do SERPROS.

O patrimônio do PGA é constituído por recursos provenientes de receitas previdenciais, de investimento e diretas, conforme fontes de custeio aprovadas anualmente, resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas administrativas. Os resultados são alocados ou revertidos ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício previdencial, caracterizando obrigações ou direitos da entidade.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA em conformidade com a Resolução CNPC N° 62, de 09/12/2024 e são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo.

2.5. DADOS PREVIDENCIÁRIOS – ESTATÍSTICA DE PARTICIPANTES, ASSISTIDOS E DEPENDENTES

Por Plano de Benefícios – 31.12.2025 e 31.12.2024

Plano PS-I	31/12/2025	31/12/2024	Plano PS-II	31/12/2025	31/12/2024	Plano SER+	31/12/2025	31/12/2024
População Total	16.339	16.411	População Total	22.351	22.052	População Total	406	242
Saldados	1.061	1.181	Ativos + Migrados	5.531	5.469	Autopatrocিনados	-	-
Autopatrocিনados	7	7	Ativos oriundos do PSI	897	961	Participantes Vinculados	358	221
Auxílio-doença	-	-	Autopatrocিনados	55	45	Assistidos	22	9
Aposentadoria Programada	3.496	3.425	Auxílio-doença	14	17	Renda Mensal	22	9
Invalidez	372	380	Aposentadoria Programada	921	897	Renda Temporária	4	3
Pensão por morte	744	729	Invalidez	83	82			
Peculio Morte	103	47	Pensão por morte	207	197			
Pensionistas	795	784	Peculio Morte	17	15			
Dependentes	10.608	10.634	Pensionista	260	247			
			Dependentes	14.573	14.319			

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e diretrizes contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), instituídas pela Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, do Conselho Federal de Contabilidade, e de normativos do sistema de previdência complementar, em especial, a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, incluindo as atualizações posteriores.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial e Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, estão em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5), ativos e passivos apresentados por ordem de liquidez.



A sistemática contábil, além das características já descritas, apresenta a segregação dos registros em duas gestões distintas, previdencial e administrativa, conforme a natureza e a finalidade das operações.

As demonstrações contábeis são apresentadas na forma consolidada e individual, por Plano de Benefícios e PGA, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, incluindo as atualizações posteriores.

(I) Balanço Patrimonial (Consolidado) - os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.

(II) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (Consolidada) - as modificações ocorridas no patrimônio social dos planos.

(III) Demonstração do Ativo Líquido - DAL (Por plano de benefícios) - a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.

(IV) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Por plano de benefícios) - as mutações ocorridas no ativo líquido ao final do exercício.

(V) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada) - o resultado das atividades administrativas da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

(VI) Demonstração das Provisões Técnicas - DPT (Por plano de benefícios) - a composição das provisões técnicas.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELO SERPROS

4.1. APURAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS E RESULTADOS

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto nos casos das contribuições dos autopatrocinados, vinculados a Planos de Benefícios do tipo Contribuição Definida, como o plano SER+, ou Contribuição Variável, como o PS-II, que são registrados pelo regime de caixa.

4.2. PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis são adotadas com base no julgamento da Administração para determinação de uma mensuração razoável a ser registrada nas demonstrações contábeis, cuja metodologia envolvem fatores objetivos e subjetivos.



Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas: vida útil do ativo imobilizado; avaliação do ativo financeiro, quando precificado por meio de laudo de avaliação econômica, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas judiciais e as provisões matemáticas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar eventualmente valores diferentes daqueles estimados, requerendo um acompanhamento permanente dessas estimativas e se necessário, revisão da metodologia e alteração de premissas.

O SERPROS possui política contábil aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, considerando suas peculiaridades, bem como a natureza de suas operações que são efetuadas observando critérios consistentes e verificáveis, em consonância com às Normas Brasileiras de Contabilidade, observadas as particularidades previstas nas Resoluções emitidas pelo CNPC e pela Previc, contemplando as características da gestão de riscos e do tratamento das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes.

4.3. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada Plano de Benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente, assim como depósitos judiciais/recursais efetuados relacionados as contingências da Gestão Previdencial.

4.4. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa os valores de contribuições pertinentes ao custeio de despesas administrativas efetuadas pelo patrocinador, participantes, assim como os valores depositados em juízo relativos aos processos judiciais.

4.5. INVESTIMENTOS

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciais e PGA, elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do CMN nº 4.994, de 24/03/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202 de 27/03/2025.

A atividade de custódia dos ativos mobiliários é exercida primordialmente pelo Banco Bradesco S/A. A entidade também é responsável pela política de apreçamento (atribuição de valor aos ativos financeiros) da Entidade. A metodologia está disponível em manual de precificação e segue as melhores práticas de apreçamento existente.



4.5.1. TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Em atendimento ao artigo 30 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e da carteira dos fundos de investimentos exclusivos são registrados pelo valor efetivamente pagos, acrescidos dos valores de corretagem e emolumentos, e estão classificados nas seguintes categorias:

(I) Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente de prazo decorrente da data de aquisição e são ajustados a valor de mercado em periodicidade mensal.

(II) Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, com vista a necessidade de liquidez para assegurar os direitos dos participantes e atendimento do perfil do exigível atuarial dos Planos. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, apropriados no resultado.

4.5.1.1. VALOR JUSTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

Os critérios adotados para o valor justo dos títulos e valores mobiliários seguem as orientações estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R2), que dispõe sobre a mensuração do valor justo e define a hierarquia de valor justo mediante classificação em três níveis de informações específicas. A definição dessa hierarquia tem o propósito de estabelecer as técnicas apropriadas para avaliações dos ativos.

4.5.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Estão representados pelo valor de suas cotas na data do encerramento do exercício e, quando exclusivo, os ativos financeiros que compõe a carteira dos fundos são precificados em conformidade com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4.5.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção. As reavaliações da carteira imobiliária são realizadas anualmente conforme define a Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, incluindo as atualizações posteriores, a valor justo do investimento.



O resultado da reavaliação, positivo ou negativo é contabilizado no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”.

4.5.4. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS)

Correspondem aos empréstimos concedidos aos Participantes e Assistidos acrescidos dos rendimentos auferidos, deduzidas as amortizações e, quando aplicável, da provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa em função do atraso de recebimento. Conforme disposto no contrato de mútuo, nas operações de concessão dos empréstimos é descontada a taxa denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM). Essa taxa é calculada atuarialmente variando em função do risco envolvido em cada operação, sendo destinada à formação de um fundo para cobrir eventuais perdas com a quitação dos saldos devedores dos empréstimos daqueles participantes ou assistidos que vierem a falecer durante a vigência do contrato.

4.6. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em função do atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos da operação. Essas provisões são contabilizadas em conta de mutações patrimoniais e resultados, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os direitos a receber sujeitos à provisão para liquidação duvidosa são apresentados pelo seu valor líquido, conforme critérios definidos na Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, incluindo as atualizações posteriores, os quais se encontram discriminados a seguir.

Atrasos (em dias)		Faixa de Provisionamento
De	Até	
31	60	1%
61	90	5%
91	120	10%
121	180	25%
181	240	50%
241	360	75%
>361		100%

Contribuições previdenciais: somente sobre as parcelas vencidas



4.7. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Estão contabilizados no Plano de Gestão Administrativa e seus valores são registrados pelo custo de aquisição, ajustados pela depreciação, calculada pela taxa estabelecida conforme tempo de vida útil de cada grupo de bens.

São classificados como:

IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS - São formados pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades administrativas da entidade como computadores, móveis, utensílios, máquinas etc. As depreciações foram calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens em razão do tempo de vida útil, conforme disposto a seguir: Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos - 10% a.a. e Equipamentos de Informática e Veículos - 20% a.a.

IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS - Edificação e terreno adquiridos com recursos do Plano de Gestão Administrativa para uso operacional da Entidade.

INTANGÍVEL - Estão registrados os gastos com desenvolvimento de software, considerando sua capacidade gerar benefícios econômicos para a Entidade, estão amortizados à taxa de 20% a. a., reconhecidas em despesas no Plano de Gestão Administrativa. Também estão registrados os gastos com fomento, cuja amortização será efetuada em 60 meses a partir do início do plano.

4.8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Representam as obrigações com terceiros, ao valor presente, provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher, folha de pagamento e operações financeiras.

4.9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme descrito abaixo:



(I) Ativos Contingentes (quando aplicável): São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

(II) Passivos Contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, e discriminados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(III) Obrigações Legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso.

O SERPROS é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos, nas áreas trabalhista e previdencial, e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução. Os objetos com risco de perda classificados como possível são apenas evidenciados nas demonstrações contábeis, conforme Nota Explicativa 11. A classificação de perda dos objetos é realizada pelo jurídico da entidade, conforme resolução do CFC e observa como chance de perda provável as ações que já transitaram em julgado de forma desfavorável, bem como as ações não transitadas em julgado em que se discute matéria cujo posicionamento majoritário da jurisprudência é contrário à tese defendida pela EFPC e, na sua ausência, serão considerados os entendimentos doutrinários.

Para as contingências classificadas como de "Perda Provável", o SERPROS adota uma metodologia de cálculo baseada em critérios técnicos e jurídicos, que considera fatores específicos para a projeção dos valores apresentados. A metodologia inclui os seguintes passos principais:

Identificação das Contingências: São identificados os passivos cujas chances de perda são classificadas como "prováveis" com base em análises jurídicas e contábeis, respeitando o enquadramento definido pela legislação vigente.



Estimativa dos Valores de Desembolso: Realiza-se a projeção dos desembolsos futuros considerando o histórico de valores de sentenças similares, análises de jurisprudências e eventuais correções aplicáveis ao período estimado até o desfecho das obrigações para os processos em fase inicial. Para os processos em fase de execução, são considerados os exatos valores indicados na sentença de execução. De acordo com a política contábil do SERPROS, o valor a ser provisionado é calculado com base na melhor estimativa de desembolso, determinado pela administração da EFPC, devendo ter o cuidado para que o passivo não esteja subavaliado ou superavaliado. Não obstante, há expressa previsão para que estes valores sejam atualizados pelos índices informados pelas áreas técnicas, nos casos em que os valores são mensurados internamente, ou pelo índice informado pelo judiciário, nos demais casos.

Cálculo de Provisão: A Entidade utiliza uma abordagem conservadora para a constituição das provisões contingenciais, ajustando os valores estimados com base nas melhores práticas e parâmetros estabelecidos através de análise individualizada de cada processo, a fim de garantir a adequação dos valores ao risco identificado.

Nas ações previdenciárias, há análise atuarial do pedido, com verificação patrimonial de seus efeitos, sendo certo que o valor inicial utilizado será o mais conservador (cotejo entre o que foi pedido, de efeitos líquidos, e o atuarial), atualizado pelo INPC, acrescido de juros moratórios, custas e honorários sucumbenciais.

Nas ações envolvendo operação com participante, os valores utilizados são, em sua maioria, os valores dos contratos em si, também com acréscimo conservador de juros (SELIC), custas e honorários sucumbenciais.

Nas ações de PGA e de Investimentos, os valores iniciais de contingenciamento são verificados de forma casuística (no caso concreto), sendo que também há o acréscimo, por ser medida mais conservadora, de juros (SELIC), custas e honorários sucumbenciais.

Revisão Periódica: Os valores provisionados são revisados periodicamente, levando em conta atualizações em leis, mudanças jurisprudenciais e qualquer nova informação que possa impactar o valor estimado de desembolso.

O SERPROS mantém uma abordagem criteriosa e transparente em relação a essas provisões, garantindo que os valores apresentados estejam alinhados com as expectativas reais de perdas e atendam aos requisitos normativos e regulatórios aplicáveis. Essa metodologia visa assegurar que os valores registrados reflitam com precisão o impacto financeiro das contingências, proporcionando aos stakeholders uma visão clara da situação patrimonial e financeira do SERPROS.



Desta forma, a Administração entende que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

4.10. AVALIAÇÃO ATUARIAL E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Avaliação Atuarial é o estudo técnico desenvolvido por atuário, tomando por base a massa de participantes, de assistidos e de beneficiários do plano de benefícios de caráter previdenciário, admitidas hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, realizado com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma assegurar o equilíbrio e a solvência atuarial. Esse estudo também envolve a determinação do montante das provisões matemáticas e dos fundos previdenciais.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas mensalmente e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder. As provisões matemáticas são calculadas de acordo com a modalidade do plano, as regras dos regulamentos dos planos de benefícios, as premissas aprovadas anualmente pelos órgãos estatutários da entidade, adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos dos respectivos planos de benefícios.

O cálculo das provisões matemáticas de Benefício Definido está fundamentado nas premissas e hipóteses atuariais, através da aplicação de método atuarial que utiliza conceitos financeiros, econômicos, demográficos e probabilísticos para dimensionar o montante de recursos financeiros e de contribuições previdenciárias necessárias para o pagamento de benefícios futuros dos participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela Entidade. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, trazidos a valor presente.

As premissas e hipóteses atuariais são pressuposições assumidas nos cálculos com o objetivo de realizar as projeções atuariais futuras de longo prazo. Assim, com base em cenários e estudos estatísticos, são respondidas questões como: **a.** a perspectiva de ascensão salarial dos funcionários; **b.** quais serão seus salários no momento de uma aposentadoria; **c.** o benefício estimado na aposentadoria; **d.** com que idade se aposentarão; **e.** por quanto tempo pagarão contribuições; **f.** por quanto tempo sobreviverão e receberão benefícios; **g.** quanto custa a pensão por morte paga às famílias; **h.** qual o risco de uma invalidez ou óbito antes de se aposentar; **i.** quanto os recursos financeiros do plano vão render; **j.** qual o impacto da inflação futura nos salários e benefícios; entre outras.

As provisões matemáticas de Contribuição Definida possuem cálculo financeiro, correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições de participantes, patrocinadores e de Terceiros, seja do Instituidor ou das pessoas físicas ou jurídicas a ele vinculadas, acrescidos do



retorno dos investimentos deduzidos de eventuais resgates e portabilidades, benefícios temporários e, após a concessão do benefício, dos valores pagos de rendas mensais.

4.11 EQUILIBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas, o Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite legalmente estabelecido. Os valores que ultrapassam este limite são registrados em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado demonstra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios, e devem ser equacionados em conformidade com a legislação vigente.

4.12. FUNDOS

4.12.1 – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os fundos constituídos para atender à Gestão Previdencial dos Planos de Benefícios, previstos nos seus Regulamentos e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais dos planos de benefícios, que preveem as regras de constituição, manutenção e sua destinação.

4.12.2 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença positiva entre os recursos destinados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos Planos de Benefícios. Os Fundos de Garantia de Custeio Administrativo são constituídos para cada Plano, em conformidade com seu Regulamento, para assegurar a manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

4.12.3 – FLUXO DOS INVESTIMENTOS

Composto exclusivamente pelo Fundo de Garantia de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte de mutuários. Esses fundos são registrados e controlados por plano de benefícios previdenciais, denominada de Quota de Quitação por Morte (QQM) e Fundo de Oscilação de Risco.

5. DISPONÍVEL

Saldo por Planos dos recursos financeiros disponíveis em contas correntes bancárias e não vinculados a linhas de crédito ou financiamento:



(Valores apresentados em R\$ mil)

PLANOS	31.12.2025	31.12.2024
PS I	-	69
PS II	1.193	192
PGA	1.528	294
SER+	-	23
TOTAL	2.721	578

6. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Nesse grupo estão registrados os recebíveis previdenciais e os depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial.

6.1. – CONTRIBUIÇÕES NORMAIS

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2025	2024
Contribuições do mês	2.175	153	160	-	2.488	2.232
Patrocinadora	2.173	76	39	-	2.288	2.114
Participantes	-	77	64	-	141	68
Autopatrocinaados	2	-	57	-	59	50
Contribuições contratadas	-	-	(0)	-	(0)	(0)
Parcela a amortizar Dotação Inicial	850	184	794	-	1.828	1.828
Parcela a amortizar Lei 8020	-	185	801	-	986	986
Parcela a amortizar Aporte	-	78	32	-	110	110
Parcela a amortizar Aporte (Reintegração)	-	7.524	2.061	-	9.585	9.585
Prestação + Encargos - PCLD	(850)	(7.971)	(3.688)	-	(12.509)	(12.509)
Adiantamentos	-	-	-	-	-	318
Depósitos Judiciais/Recursais	2.753	2.171	407	-	5.331	5.288
Outros Realizáveis	42	137	2.285	-	2.464	18.665
Outros	42	137	2.285	-	2.464	18.665
Total	4.970	2.461	2.852	-	10.283	26.503

As contribuições do Plano SER+ são registradas através do regime de caixa e baixadas dentro do próprio mês de origem, não gerando valores a receber ao final do exercício de 2025.

Em dezembro de 2025 e 2024, as contribuições dos planos PS-I e PS-II, relativas à competência dezembro de 2025 e ao 13º, foram provisionadas e baixadas no próprio mês, em função da antecipação dos repasses realizados pelo patrocinador.

6.2. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Em decorrência da suspensão das parcelas dos contratos, por força do Acórdão do TCU nº 6.928/2009, as parcelas de 12/2009 a 06/2010 foram repassadas com atraso. Na retomada dos pagamentos, o SERPRO, alegando que a dívida foi contraída por determinação do Tribunal de Contas da União, não quitou o valor integral da dívida. Sendo assim, no exercício de 2016, objetivando o recebimento dos encargos contratualmente previstos (percentual de juros, taxa atuarial



e atualização monetária), o SERPROS ajuizou a Ação Ordinária de Cobrança nº 12357-70.2016.4.01.3400, em trâmite na 9ª Vara Federal do DF (vide nota explicativa 17.1).

(Valores apresentados em R\$ mil)

Encargos e PCLD	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2025	2024
Dotação Inicial	-	-	-	-	-	-
Encargos	850	184	794	-	1.828	1.828
PCLD	(850)	(184)	(794)	-	(1.828)	(1.828)
Lei 8.020	-	-	-	-	-	-
Encargos	-	185	801	-	986	986
PCLD	-	(185)	(801)	-	(986)	(986)
Aporte	-	-	-	-	-	-
Encargos	-	7.524	2.061	-	9.585	9.585
PCLD	-	(7.524)	(2.061)	-	(9.585)	(9.585)
Encargos	850	7.893	3.656	-	12.399	12.399
PCLD	(850)	(7.893)	(3.656)	-	(12.399)	(12.399)

6.3. DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS

Valores depositados judicialmente em todo território nacional, na primeira e segunda instância para a garantia de execução de ações, cujos objetos são referentes a participantes que migraram do PS-I para o PS-II e pleitearam expurgos inflacionários ou são de reintegração ao patrocinador com pedido de migração para o PS-II.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Depósitos Judiciais Gestão Previdencial	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2025	2024
Expurgos Inflacionários	303	2.017	-	-	2.320	2.320
Demais ações previdenciais	2.450	154	407	-	3.011	2.968
Total	2.753	2.171	407	-	5.331	5.288

6.4. OUTROS REALIZAVEIS

Representa bloqueios judiciais de ações da gestão previdencial, tributos a recuperar e valores a classificar que são transferidos entre as submassas do PS-II BD e CD.



(Valores apresentados em R\$ mil)

EVENTOS	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2025	2024
Bloqueio Judicial	-	2	-	-	2	2
Tributos a Recuperar	-	-	18	-	18	18
Valores a Classificar	-	27	1.775	-	1.802	12
Total	-	29	1.793	-	1.822	32

7. REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA

Nesse grupo estão registrados os recursos administrativos, os depósitos judiciais recursais de natureza administrativa e despesas pagas antecipadamente, apropriadas no resultado, por regime de competência.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	2025	2024
Despesas antecipadas	21	179
Seguros	21	179
Depositos Judiciais/Recursais	52	39
Trabalhistas	52	39
Outros realizáveis	440	729
Total	513	947

7.1. OUTROS REALIZÁVEIS

A composição dos valores que se encontram registrados no grupo de outros realizáveis da gestão administrativa estão discriminados a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Outros Realizáveis	2025	2024
Adiantamento de Férias	172	133
Adiantamento a Fornecedores	-	251
Nota de Débito/Crédito	234	191
Tributos a recuperar	31	31
Valores a Apropriar	3	3
Total	440	729

8. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Os investimentos são geridos com base nas boas práticas de gestão divulgadas pela PREVIC e seguem as diretrizes apresentadas nas Políticas de Investimentos, elaboradas sob as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.994 de 24/03/2022, atualizada pela Resolução CMN nº 5.202 de 27/03/2025.

8.1. INVESTIMENTOS – POR PLANO E CONSOLIDADO

(Valores apresentados em R\$ mil)

HISTÓRICO - POSIÇÃO CONTÁBIL	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	2025	2024
Fundos de Investimento	2.705.832	2.343.338	3.618.390	49.780	81.791	8.799.131	8.113.035
Renda Fixa	-	-	107.111	18.180	-	125.290	-
Ações	203.755	187.646	250.056	-	-	641.457	512.001
Multimercado	2.475.626	2.093.300	3.208.320	31.600	81.791	7.890.637	7.424.277
Direitos Creditórios	36	-	36	-	-	72	149
Participações	4.736	56.402	41.036	-	-	102.174	120.366
Imobiliário	21.679	5.990	11.832	-	-	39.501	56.242
Investimentos Imobiliários	45.204	5.221	21.100	-	15.992	87.517	96.529
Empréstimos e Financiamentos	26.133	6.880	68.083	-	-	101.096	82.980
Recursos a Receber - Precatórios	179.338	26.695	107.085	-	-	313.118	294.812
Depósitos Judiciais/ Recursais	458	150	814	-	-	1.422	1.107
Outros	624	73	299	-	2	998	1.128
TOTAL	2.957.589	2.382.357	3.815.771	49.780	97.785	9.303.282	8.589.591

8.1.1. TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Em observância a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, apresentamos a seguir o demonstrativo dos títulos alocados em “Fundos de Investimento Exclusivos”, dos Planos de Benefícios e do PGA.

(Valores apresentados em R\$ mil)

	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Ser+	2025	2024
Títulos Públicos	2.216.505	1.849.453	2.557.633	54.630	31.601	6.709.822	7.070.856

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO MARCADOS A MERCADO

Em conformidade ao artigo 31 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, a Entidade classificou sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo em relação da data de aquisição, os quais são avaliados ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

O quadro a seguir apresenta os títulos para negociação marcados a mercado, que se encontram na carteira dos planos administrados pelo SERPROS em 31/12/2025 e 2024.



(Valores apresentados em R\$ mil)

Títulos Públicos	Indexador	Vencimento	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	PS I		PS II BD		PS II CD	
					Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual
Títulos Públicos			1.160.894	1.179.409	125.520	132.411	200.040	204.680	749.553	756.086
NTN-B - Total	IPCA		512.135	521.678	-	-	100.558	103.636	384.453	390.468
NTN-B	IPCA	15/08/2028	250.790	258.878	-	-	100.558	103.636	142.808	147.179
NTN-B	IPCA	15/08/2030	12.993	13.190	-	-	-	-	-	-
NTN-B	IPCA	15/05/2035	176.654	176.755	-	-	-	-	169.948	170.433
NTN-B	IPCA	15/05/2045	71.697	72.855	-	-	-	-	71.697	72.855
NTN-C - Total	IGP-M		-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-C	IGP-M		-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-C	IGP-M		-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-C	IGP-M	01/01/2031	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN - Total	Pré		-	2.818	-	737	-	1.562	-	518
LTN - Total	Pré	01/04/2026	-	2.818	-	737	-	1.562	-	518
LFT - Total	SELIC		-	-	-	-	-	-	-	-
LFT	SELIC		-	-	-	-	-	-	-	-
LFT	SELIC		-	-	-	-	-	-	-	-
Over (Compromissadas)	Pré-Fixada	02/01/2026	648.759	654.913	125.520	131.674	99.482	99.482	365.100	365.100
TOTAL			1.160.894	1.179.409	125.520	132.411	200.040	204.680	749.553	756.086

(Valores apresentados em R\$ mil)

Títulos Públicos	Indexador	Vencimento	SER+		PGA		2025	2024
			Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual		
Títulos Públicos			31.601	31.601	54.180	54.630	1.179.409	2.290.304
NTN-B - Total	IPCA		-	-	27.125	27.574	521.678	840.418
NTN-B	IPCA	15/08/2028	-	-	7.425	8.062	258.878	243.432
NTN-B	IPCA	15/08/2030	-	-	12.993	13.190	13.190	12.479
NTN-B	IPCA	15/05/2035	-	-	6.706	6.323	176.755	374.516
NTN-B	IPCA	15/05/2045	-	-	-	-	72.855	209.991
NTN-C - Total	IGP-M		-	-	-	-	-	-
NTN-C	IGP-M		-	-	-	-	-	-
NTN-C	IGP-M		-	-	-	-	-	-
NTN-C	IGP-M	01/01/2031	-	-	-	-	-	-
LTN - Total	Pré		-	-	-	-	2.818	-
LTN - Total	Pré	01/04/2026	-	-	-	-	2.818	-
LFT - Total	SELIC		-	-	-	-	-	-
LFT	SELIC		-	-	-	-	-	-
LFT	SELIC		-	-	-	-	-	-
Over (Compromissadas)	Pré-Fixada	02/01/2026	31.601	31.601	27.056	27.056	654.913	1.449.886
TOTAL			31.601	31.601	54.180	54.630	1.179.409	2.290.304

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO MARCADOS NA CURVA

Em conformidade ao artigo 32 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, a Entidade classificou sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos mantidos Até o Vencimento”. Os referidos títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e reconhecidos no resultado do exercício.

O quadro a seguir apresenta os títulos mantidos até o vencimento marcados na curva, que se encontram na carteira dos planos administrados pelo SERPROS em 31/12/2025 e 2024.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Títulos Públicos	Indexador	Vencimento	Valor de aquisição	Valor de curva atual	PS I	
					Valor de aquisição	Valor de mercado atual
			4.829.840	5.530.412	1.829.633	2.084.093
NTN-B - Total	IPCA		4.446.299	5.143.616	1.446.093	1.697.297
NTN-B	IPCA	15/08/2024	-	-	-	-
NTN-B	IPCA	15/08/2028	81.122	83.540	-	-
NTN-B	IPCA	15/08/2030	481.580	513.126	60.635	80.074
NTN-B	IPCA	15/08/2032	76.005	77.990	-	-
NTN-B	IPCA	15/05/2033	84.535	85.568	-	-
NTN-B	IPCA	15/05/2035	1.017.742	1.070.852	341.764	396.499
NTN-B	IPCA	15/08/2040	830.041	887.475	220.645	261.506
NTN-B	IPCA	15/05/2045	1.020.104	1.152.773	478.666	550.860
NTN-B	IPCA	15/08/2050	533.815	853.404	175.150	209.469
NTN-B	IPCA	15/05/2055	321.354	418.888	169.233	198.889
NTN-C - Total	IGP-M		383.540	386.796	383.540	386.796
NTN-C	IGP-M	01/01/2031	383.540	386.796	383.540	386.796
TOTAL			4.829.840	5.530.412	1.829.633	2.084.093

(Valores apresentados em R\$ mil)

Títulos Públicos	Indexador	Vencimento	PS II BD		PS II CD		2025	2024
			Valor de aquisição	Valor de mercado atual	Valor de aquisição	Valor de mercado atual		
			1.458.317	1.644.772	1.541.889	1.801.547	5.530.412	4.780.553
NTN-B - Total	IPCA		1.458.317	1.644.772	1.541.889	1.801.547	5.143.616	4.377.372
NTN-B	IPCA	15/08/2024	-	-	-	-	-	-
NTN-B	IPCA	15/08/2028	33.521	34.520	47.600	49.019	83.540	79.785
NTN-B	IPCA	15/08/2030	173.937	178.939	247.009	254.113	513.126	490.746
NTN-B	IPCA	15/08/2032	48.915	50.182	27.090	27.808	77.990	45.460
NTN-B	IPCA	15/05/2033	59.411	60.526	25.124	25.043	85.568	86.182
NTN-B	IPCA	15/05/2035	373.804	372.940	302.174	301.412	1.070.852	732.886
NTN-B	IPCA	15/08/2040	287.770	295.433	321.627	330.536	887.475	790.222
NTN-B	IPCA	15/05/2045	253.353	278.373	288.085	323.540	1.152.773	960.832
NTN-B	IPCA	15/08/2050	164.748	282.952	193.917	360.983	853.404	789.980
NTN-B	IPCA	15/05/2055	62.858	90.907	89.263	129.093	418.888	401.279
NTN-C - Total	IGP-M		-	-	-	-	386.796	403.181
NTN-C	IGP-M	01/01/2031	-	-	-	-	386.796	403.181
TOTAL			1.458.317	1.644.772	1.541.889	1.801.547	5.530.412	4.780.553

8.1.2. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Os Fundos de Investimentos estão custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados - CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia -



SELIC e na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.

O quadro a seguir apresenta a posição dos fundos de investimentos em 31/12/2025 e 2024, segregados pelos seguintes segmentos: Ações, multimercado, direitos creditórios, participações e imobiliários.

(Valores apresentados em R\$ mil)

	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	2025	2024
Fundos de Investimento	2.705.832	2.343.339	3.618.390	49.779	81.791	8.799.131	8.113.034
Renda Fixa	-	-	107.110	18.179	-	125.289	-
R.F.C.T. - BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIAL	-	-	-	7.806	-	7.806	-
R.F.C.T. - ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIAL	-	-	-	7.803	-	7.803	-
FIA GERIBA (CARTEIRA PRÓPRIA)	-	-	53.561	1.285	-	54.846	-
FIA MEARAS (CARTEIRA PRÓPRIA)	-	-	53.549	1.285	-	54.834	-
Ações	203.755	187.645	250.057	-	-	641.457	512.000
FIA MEARAS (CARTEIRA PRÓPRIA)	33.119	4.362	44.643	-	-	82.124	58.238
OCCAM FIC FIA	-	-	-	-	-	-	88.107
VINCCI MOSAICO	36.030	33.264	25.345	-	-	94.639	70.603
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	42.311	35.483	43.094	-	-	120.888	97.005
NEO NAVITAS	-	13.572	14.363	-	-	27.935	21.055
PATRIA PIPE FEEDER INSTITUCIONAL FIC FIA	-	-	-	-	-	-	30.055
GUEPA INST FIC FIA	51.811	64.141	93.537	-	-	209.489	146.937
TARPON GT FIC FIA	20.673	18.801	14.850	-	-	54.324	-
ABSOLUTE ENDURANCE FIC FIA	19.811	18.022	14.225	-	-	52.058	-
Multimercado	2.475.626	2.093.301	3.208.319	31.600	81.791	7.890.637	7.424.278
FIM BOTAFOGO	642	1.534	489	-	-	2.665	2.644
FIM CREDIT CP	-	427.497	607.072	-	-	1.034.569	3.577.155
FIM PGA SERPROS CP	-	-	-	-	38.219	38.219	65.741
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	31.588	30.807	25.546	-	-	87.941	125.576
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM	35.085	31.979	24.247	-	1.460	92.771	75.269
IBIUNA HEDGE FIC FIM	-	-	-	-	-	-	4.625
GAVEA MACRO FIC FIM	-	-	-	-	-	-	79.030
GAVEA MP II FIC FIM	-	-	-	-	-	-	58.663
FIM STARK II	2.086.121	-	-	-	-	2.086.121	2.325.164
C.P. - PEGASUS SER+ FIM	-	-	-	31.600	-	31.600	30.091
C.P. - FIM CAIXA	322.190	249.336	914.275	-	42.112	1.527.913	1.080.320
C.P. - FIF PSII CD CRED PRIV	-	-	1.587.861	-	-	1.587.861	-
C.P. - FIF PSII BD CRED PRIV	-	1.323.148	-	-	-	1.323.148	-
C.GENOA CAPIT RADAR 701 FIM	-	14.546	11.567	-	-	26.113	-
ARMOR AXE FIM	-	14.454	11.493	-	-	25.947	-
KAPITALO K10	-	-	25.769	-	-	25.769	-
Direitos Creditórios	36	-	36	-	-	72	149
FIDC BVA MASTER III	36	-	36	-	-	72	149
Participações	4.736	56.403	41.036	-	-	102.175	120.365
FIP ATICO ENERGIA	-	-	-	-	-	-	2.864
FIP LSH	4.371	7.845	10.646	-	-	22.862	22.942
FIP ETB	-	-	-	-	-	-	22.497
FIP INFRA SANEAMENTO	365	1.893	333	-	-	2.591	1.070
FIP INFRA	-	46.665	30.057	-	-	76.722	76.720
Imobiliários	21.679	5.990	11.832	-	-	39.501	56.242
FIDC BVA MASTER III	21.679	5.990	11.832	-	-	39.501	56.242

8.1.2.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA

Os Fundos de Investimento em Ações são exclusivos e a carteira é terceirizada, mediante a contratação de gestores especializados. Os ganhos ou perdas são auferidos com base nos ajustes de cotação do valor de mercado. O fluxo financeiro é realizado pelos pagamentos de dividendos e



juros sobre capital próprio pagos pelos emissores do título. Os quadros a seguir apresentam a abertura dos fundos de ações que compõem a carteira própria do SERPROS.

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIA MEARAS						
Gestor		Genial Investimentos				
Ações		Financeiro				
Código	Papel	Qtd. Disponível	PSI	PSII BD	PSII CD	TOTAL
ALOS3	ALOS - ALLOS S.A.	42.126	855	113	1.152	2.120
B3SA3	B3 ON NM	222.114	1.244	164	1.677	3.085
BPAC11	BTGP BANCO UNT N2	49.079	1.198	158	1.614	2.970
ENEV3	ENEVA S.A. ON	78.249	684	90	922	1.696
EQTL3	EQUATORIALON N2	86.050	1.539	203	2.075	3.817
IGTI11	IGUATEMI S.AUNT N1	58.029	684	90	922	1.696
ITSA4	ITAUSAPN N1	670.878	3.160	416	4.260	7.836
ITUB4	ITAU UNIBANCO PN N1	88.204	1.395	184	1.881	3.460
PRI03	PETRRIO ON NM	84.974	1.419	187	1.913	3.520
SBSP3	SABESPON * NM	22.690	1.221	161	1.645	3.027
VBBR3	VIBRA ON NM	99.971	1.021	134	1.377	2.532
XPBR31	XP INC DR1	9.042	597	79	805	1.481
AXIA3	AXIA ON * N1	97.851	2.138	282	2.882	5.301
AXIA7	AXIA PN CLASSE C	25.718	509	67	687	1.263
AZZA3	AZZAS 2154 ON NM	30.638	311	41	419	771
CPL3	COPELON *	194.248	1.025	135	1.381	2.541
ENG111	ENERGISA UNT	53.126	1.010	133	1.362	2.505
ISAE4	ISA ENERGIA PN	112.860	1.368	180	1.844	3.392
MOTV3	MOTV ON	12.950	79	10	106	195
MULT3	MULTIPLAN ON N2	85.358	1.026	135	1.383	2.544
SANB11	SANTANDER UNT N2	84.506	1.368	180	1.844	3.393
SUZB3	SUZANO PAPELON IO6 N1	69.523	1.443	190	1.944	3.577
VALE3	VALE R DOCEON N1	100.065	3.261	429	4.395	8.086
VIVT3	VIVT - TELEF BRASIL ON	65.748	878	116	1.183	2.176
TOTAL		1.511.406	15.018	1.978	20.244	72.984
Over (Compromissadas)		-	5.037	663	6.789	12.489
Saldo em Tesouraria		-	(32)	(4)	(43)	(79)
Contas a Pagar/Receber		-	(1.319)	(174)	(1.778)	(3.271)

8.1.2.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – FIM

O Fundos de Investimento em Multimercado que compõe a carteira, classificados como estruturados e com gestão terceirizada, estão descritos na tabela abaixo:



(Valores apresentados em R\$ mil)

CARTEIRA TERCEIRIZADA MULTIMERCADO

	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	TOTAL
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	31.589	30.807	25.546	-	87.942
IBIUNA LS STLS FIC F	35.085	31.980	24.247	1.460	92.772
ARMOR AXE FICFIM	-	14.454	11.493	-	25.947
GENOA CAP R 701 FICM	-	14.546	11.567	-	26.113
SUBCLS GRAL K10 FIFM	-	-	25.769	-	25.769
TOTAL	66.674	91.787	98.622	1.460	258.543

O Fundos de Investimento em Multimercado que compõe a carteira, classificados como renda fixa com gestão própria, estão descritos na tabela abaixo:

(Valores apresentados em R\$ mil)

CARTEIRA PRÓPRIA

	PS I	PS II BD	PS II CD	PGA	SER+	TOTAL
FIM BOTAFOGO	641	1.535	488	-	-	2.664
LTN	646	1.545	492	-	-	2.683
Contas a Pagar/Receber	(5)	(11)	(4)	-	-	(20)
Saldo em Conta Corrente	-	1	-	-	-	1
STARK FII	19.084	3.767	5.348	-	-	28.199
LTN	91	18	25	-	-	134
Contas a Pagar/Receber	(20)	(4)	(6)	-	-	(30)
Empreendimentos Imobiliários	19.012	3.753	5.329	-	-	28.094
Saldo em Conta Corrente	1	-	-	-	-	1
FIM STARK II	2.086.121	-	-	-	-	2.086.121
FIM CP HUNGRIA	963	-	-	-	-	963
Debêntures RD Tiete	36.298	-	-	-	-	36.298
NTN-B	1.697.297	-	-	-	-	1.697.297
NTN-C	386.796	-	-	-	-	386.796
Over (Compromissadas)	1.117	-	-	-	-	1.117
Contas a Pagar/Receber	(36.351)	-	-	-	-	(36.351)
Tesouraria	1	-	-	-	-	1
FIM CREDIT CP	-	427.497	607.072	-	-	1.034.569
FIM CP HUNGRIA	-	597	847	-	-	1.444
NTN-B	-	426.354	605.449	-	-	1.031.803
Over (Compromissadas)	-	558	792	-	-	1.350
Saldo em Tesouraria	-	-	1	-	-	1
Contas a Pagar/Receber	-	(42.701)	(60.637)	-	-	(103.338)
FIM PGA SERPROS CP	-	-	-	38.219	-	38.219
NTN-B	-	-	-	27.574	-	27.574
Over (Compromissadas)	-	-	-	10.650	-	10.650
Saldo em Tesouraria	-	-	-	1	-	1
Contas a Pagar/Receber	-	-	-	(6)	-	(6)
FIA MEARAS	33.119	4.361	44.643	-	-	82.123
Ações	29.433	3.876	39.675	-	-	72.984
Over (Compromissadas)	5.037	663	6.789	-	-	12.489
Contas a Pagar/Receber	(1.319)	(174)	(1.778)	-	-	(3.271)
Saldo em Tesouraria	(32)	(4)	(43)	-	-	(79)
FIM PSII BD	-	1.323.148	-	-	-	1.323.148
NTN-B	-	1.322.054	-	-	-	1.322.054
Over (Compromissadas)	-	1.124	-	-	-	1.124
Contas a Pagar/Receber	-	(31)	-	-	-	(31)
Saldo em Tesouraria	-	1	-	-	-	1
FIM PSII CD	-	-	1.587.861	-	-	1.587.861
NTN-B	-	-	1.586.565	-	-	1.586.565
Over (Compromissadas)	-	-	1.332	-	-	1.332
Contas a Pagar/Receber	-	-	(37)	-	-	(37)
Saldo em Tesouraria	-	-	1	-	-	1
PEGASUS SER+ FIM	-	-	-	-	31.600	31.600
Over (Compromissadas)	-	-	-	-	31.601	31.601
Saldo em Tesouraria	-	-	-	-	(1)	(1)
Contas a Pagar/Receber	-	-	-	-	-	-
FIM CAIXA	322.189	249.335	914.276	42.111	-	1.527.911
Fundos de Investimentos	196.675	152.203	558.104	25.706	-	932.688
Over (Compromissadas)	125.520	97.137	356.188	16.406	-	595.251
Saldo em Tesouraria	-	-	1	-	-	1
Contas a Pagar/Receber	(6)	(5)	(17)	(1)	-	(29)
TOTAL	2.461.154	2.009.643	3.159.688	80.330	31.600	7.742.415



8.1.2.2.1. PROVISÕES PARA PERDAS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO PRIVADO

As Provisões para perdas dos títulos de crédito privado foram constituídas pelos Administradores dos fundos de investimentos, em decorrência da inadimplência da contraparte e por deterioração de ativos, de títulos sem negociação de mercado e de baixa liquidez.

O montante aplicado em Títulos Privados nos fundos FIM Credit CP, FIM Botafogo, FIM Stark II e FII Stark, em 2025, encontra-se líquido das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas em decorrência da inadimplência dos ativos integrantes da carteira e de outras evidências que demandaram o ajuste dos saldos, conforme a metodologia aplicada pelo administrador dos ativos.

Como medida técnica, a entidade contratou escritório jurídico especializado para conduzir o processo de execução das garantias das operações, em conformidade com o disposto nos documentos constitutivos dos ativos de crédito privado, debêntures e Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIs).

Grande parte dos ativos provisionados para perda foram objeto de verificações e autuações por parte da PREVIC, ensejando, em vários casos, autos de infração e punições por gestão temerária. Ao final do período da intervenção os processos decisórios desses investimentos foram referenciados negativamente, fora dos padrões das práticas de gestão com as operações realizadas entre o período de 2010 a 2015. O quadro contemplando as movimentações dos fundos a partir do exercício social de 2010, bem como aqueles com provisões para perdas está apresentado na nota explicativa 8.1.2.5.

8.1.2.2.2. FIM – TÍTULOS PRIVADOS – AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Os ativos listados abaixo estão integralmente provisionados nos fundos exclusivos dos planos de benefícios administrados pelo Serpros, sendo os seguintes: FIM Stark II, FIM Credit, FIM Botafogo e FII Stark.

É importante ressaltar que as provisões estão devidamente registradas nos balanços patrimoniais das respectivas carteiras dos fundos, com os valores provisionados refletidos nas cotas de forma clara e transparente. O processo de provisionamento segue rigorosamente as normas contábeis vigentes, assegurando a conformidade com as exigências regulamentares aplicáveis.

Adicionalmente, todos os ativos provisionados estão sendo acompanhados pela Gerência de Governança de Investimentos e pela Gerência Jurídica do Serpros, com o objetivo de fornecer informações e documentos aos escritórios jurídicos especializados, contratados para adotar as medidas necessárias à recuperação dos créditos, conforme descrito abaixo:



(I) CCI CTESO

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 50.000 mil, realizado em 09/10/2012.
2. Decretado Vencimento antecipado automático da operação em 04/03/2016, devido ao inadimplemento da emissora;
3. Ativo não possui Agente Fiduciário na operação;
4. Os valores do crédito estão 100% provisionados;
5. Contratado pelo SERPROS escritório jurídico especializado, Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão;
6. Houve a extensão da falência do Grupo Porcão à CTESO, em decisão pendente de julgamento pelo STJ.

(II) CCI S&G EMPREENDIMENTOS

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 16.407 mil, realizado em 10/07/2013.
2. Decretado vencimento antecipado na assembleia de 25/06/2015;
3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;
4. Em Reunião de Credores, foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão;
5. Posteriormente, houve, em nome exclusivo do SERPROS, a contratação de escritório jurídico especializado, Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados para habilitação do crédito na massa falida do Grupo (Stiebler), o que foi realizado em meados de 2023.

(III) DEBÊNTURES SIFCO

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 39.860 mil, realizado em 11/12/2012.
2. Decretado vencimento antecipado na AGD de 23/10/2015;
3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;
4. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão;
5. Valor recebido/recuperado até dezembro/2025: R\$ 1.271 mil.

(IV) DEBÊNTURE BINGEN

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 10.529 mil, realizado em 13/12/2012.



2. Decretado vencimento antecipado na AGD de 27/10/2015;
3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;
4. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, KCB Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão;
5. Garantia imobiliária consolidada no nome do agente fiduciário e em processo de alienação;
6. Garantia imobiliária em processo de consolidação conforme determina a escritura de emissão;
7. Valor recebido/recuperado até dezembro/2025 R\$ 1.608 mil.

(V) DEBÊNTURE BRAZAL

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 75.002 mil, realizado em 05/12/2012.
2. Vencimento antecipado decretado na AGC de 19/11/2015;
3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;
4. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado contratação do escritório jurídico especializado, Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão;
5. Houve a extensão da falência do Grupo Porcão à BRAZAL, em decisão pendente de julgamento pelo STJ.

(VI) DEBÊNTURE INEPAR

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 35.000 mil, realizado em 02/08/2012.
2. Decretado vencimento antecipado na AGD 16/04/2014;
3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;
4. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado a contratação do escritório jurídico especializado, FCDG-Ferro, Castro, Neves, Daltro & Gomide Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão;
5. Os debenturistas aprovaram em AGD realizada em outubro de 2020, negociação da dívida com a emissora, sendo o pagamento em 9 parcelas anuais. Com a celebração do acordo, o processo judicial de execução encontra-se suspenso até o cumprimento de todas as obrigações pela Inepar;
6. Até dezembro de 2023 foram pagas a Amortização Extraordinária, a primeira, segunda, terceira e quarta parcelas da Amortização Programada do Acordo, totalizando o valor recebido/recuperado de R\$ 23.775 mil desde a renegociação até julho de 2024.
7. Em razão do descumprimento do acordo firmado no âmbito da reestruturação das debêntures, os debenturistas, na AGD de 01/10/2024, deliberaram pela decretação do vencimento



antecipado das debêntures e aprovaram a contratação de escritório jurídico especializado para condução do processo de execução das garantias, nos termos previstos na Escritura de Emissão, tendo sido indicado o escritório Castro Barros Advogados.

(VII) DEBÊNTURES BRAZPEIXES

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 57.160 mil, realizado em 20/10/2014 e 22/12/2014.

2. Decretado vencimento antecipado na AGD 03/02/2016;

3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;

4. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão.

(VIII) DEBÊNTURES CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 50.327 mil, realizado em 05/07/2013.

2. Decretado vencimento antecipado na AGD 08/11/2019;

3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;

4. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Felsberg e Pedretti Advogados e Consultores legais, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão e a contratação de assessor financeiro, Starboard Partners, para negociação da dívida;

5. Valor recebido até dezembro/2025: R\$ 33.838 mil;

6. Em 05/10/2021, o Plano de Recuperação Judicial da Emissora de debêntures foi homologado, oferecendo duas Opções de Pagamento aos Debenturistas:

Opção A: Debêntures de Resultado Perpétuas; ou

Opção B: Subscrição de cotas no Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

7. O SERPROS optou pela Opção A, por meio da qual o novo ativo foi registrado na carteira de investimentos dos fundos FIM Credit e FIM Stark II em 26/03/2025. Em razão da reestruturação das debêntures, o SERPROS participa ativamente do acompanhamento do ativo, com foco no processo de recuperação dos valores investidos.

(IX) DEBÊNTURES XNICE

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 73.179 mil, realizado em 11/04/2014

e 29/10/2024.

2. Decretado vencimento antecipado na AGD 09/07/2018;
3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;
4. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Vieira, Rezende e Guerreiro Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão;
5. Valor recebido até dezembro/2025: R\$ 441 mil.

(X) DEBÊNTURES BRASIL SOLAIR

1. O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 50.000 mil, realizado em 05/01/2015.
2. Decretado vencimento antecipado na AGD 13/12/2017;
3. Os valores do crédito estão 100% provisionados;
4. Em Assembleia Geral de Debenturistas "AGD" foi aprovado a contratação de escritório jurídico especializado, Vieira de Castro, Mansur & Faver Advogados, para o processo de recuperação da dívida conforme escritura de emissão; No final de 2025, houve a contratação de escritório de pesquisa patrimonial para auxiliar a fase de expropriação de bens;
5. Valor recebido/recuperado até dezembro/2025: R\$ 2.572 mil.

8.1.2.2.3. FIRF HUNGRIA – LETRA FINANCEIRA DO BANCO BVA

As letras financeiras adquiridas pelos planos de benefícios, no montante de R\$ 50.000 mil, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hungria na proporção de 165% do valor da letra financeira. Com a liquidação do Banco BVA, essa garantia foi exercida e o SERPROS recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013, ocasionando um desenquadramento passivo. Em complemento ao processo de recuperação da dívida, em setembro de 2013, o SERPROS habilitou os créditos das letras financeiras junto à massa falida daquele banco.

De acordo com o gestor de crise do FIM Hungria (Vila Rica Capital), as amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB).

O Valor recuperado totaliza R\$ 31.402 mil representando 62,80% do valor investido pelos planos de benefícios administrados pelo SERPROS.

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIM HUNGRIA - FIDC HUNGRIA (Valores recuperados)												
2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
2.490	3.760	4.894	267	3.783	10.574	345	421	898	3.970	-	-	-

8.1.2.2.4. FIM CREDIT – BLOQUEIO JUDICIAL DAS NOTAS DO TESOIRO NACIONAL

Cabe o registro do histórico do procedimento judicial que determinou, cautelarmente, o bloqueio das Notas do Tesouro Nacional, tendo como valor histórico R\$ 696.760 mil.

Em 28/07/2016, foi determinado nos Autos da Reclamação Trabalhista nº 00110829-98.2014.5.01.0033 que tramita perante a 33ª vara do trabalho/RJ, cujo valor da causa é de R\$ 195 mil, a penhora da integralidade das Notas do Tesouro Nacional, série B, vencimentos 2013 e 2050, que integram a carteira do FIM Credit CP, no valor de R\$ 696.760 mil, uma vez que foi alegada eventual responsabilidade solidária da entidade, em razão de suposta formação de Grupo Econômico com a Brazal Alimentos. Foi determinada, ainda, a liquidação monetária dos referidos Títulos bem como, a efetiva transferência para a conta judicial a disposição da 33ª Vara do Trabalho/RJ.

Em 30/11/2016, o SERPROS através de seus advogados, impetrou Mandado de Segurança visando impedir a liquidação dos Títulos tendo obtido a respectiva liminar. Em 16/12/2017, foi extinto o Mandado de Segurança por considerar o Juiz que ele teria sido interposto intempestivamente. Em 19/12/2016, a decisão foi reconsiderada reestabelecendo o Mandado de Segurança.

Em 20/10/2017, o Juiz, ao analisar os Embargos à Execução opostos pelo SERPROS, proferiu despacho no sentido de não conhecer tal recurso por serem os mesmos intempestivos. Mais uma vez, em 30/10/2017, o SERPROS recorreu de tal decisão interpondo recurso denominado Agravo de Petição a fim de obter efeito suspensivo para reformar a decisão que determinava a liquidação dos títulos. Em 13/12/2017, ocorre a extinção do Mandado de Segurança e sua respectiva liminar. Assim, em 14/12/2017, o SERPROS entra com ação cautelar para atribuir efeito suspensivo ao anterior recurso de agravo de petição, tendo obtido deferimento, mantendo, mais uma vez a liquidação dos Títulos suspensa. Paralelamente também deu entrada em procedimento de Correção Parcial para atacar, neste caso, o procedimento do juiz com relação à extrapolação quando determinou a penhora de valores tão extraordinariamente superiores às pretensões deduzidas pela Reclamante.

Em 26/06/2018, a 3ª Turma do TRT/RJ julgou o Agravo de Petição e deu provimento ao recurso, determinando o recebimento e o processamento dos Embargos à Execução, uma vez que são tempestivos, contudo, foi interposto Agravo em Recurso de Revista pelo Grupo Porcão e pela Reclamante, que foi recebido pelo TST em agosto de 2020 e desprovido em meados de 2021. Em 11/10/2021, formulado pedido à 33ª VT requerendo o desbloqueio dos títulos.

Em 16/11/2021, foi publicada sentença favorável à Entidade, que julgou procedentes os Embargos à Execução para o fim de afastar qualquer responsabilidade do SERPROS pela dívida em questão. Determinada, na mesma data, a expedição e Alvará para levantamento do depósito judicial realizado e expedição de Ofício ao Bradesco e ao Fundo Multimercado Credit para que procedam ao desbloqueio dos títulos após o trânsito em julgado. Houve interposição de Agravo de Petição por Bárbara Valéria e Brazal, distribuído à 3ª Turma do TRT, Relatora Cláudia Regina Vianna Marques

Barrozo, que foi desprovido em julgamento 07/12/2022, mantendo, todavia, o bloqueio cautelar até o trânsito em julgado da decisão. Houve interposição de recurso ao TST, pendente de julgamento no próprio TST.

A batalha jurídica travada pelo SERPROS baseia-se no fato de que é necessário que se consolide o entendimento de que o SERPROS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, não fazendo parte do Grupo Econômico do Grupo Porcão. Seu objetivo único ao investir os recursos garantidores dos planos de benefícios que administra, é o pagamento dos benefícios atuais e futuros com base nos Regulamentos dos planos.

A posição das NTN-Bs que foram bloqueadas, estavam avaliadas em 31/12/2025 no valor de R\$426.354 mil no PS-II BD e R\$605.449 mil no PS-II CD.

8.1.2.3. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MASTER III

No exercício de 2011, os planos de benefícios administrados pelo SERPROS investiram o total de R\$ 45.000 mil em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master III. No exercício de 2012, com a decretação da liquidação do Banco BVA, as empresas, cujo fundo detinha o direito ao crédito, ficaram inadimplentes, levando o administrador a registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa. O Fundo possui a Genial Investimento como o gestor que está em processo de negociação e recuperação dos ativos em default. As amortizações das cotas estão sendo realizadas conforme o êxito obtido nas negociações junto aos devedores das Cédulas de Certificado Bancário (CCB), conforme demonstrado a seguir.

O valor recuperado totaliza R\$ 42.953 mil, representando 95,45% do valor investido pelos planos de benefícios administrados pelo SERPROS.

(Valores apresentados em R\$ mil)

FIDC MASTER III (Valores recuperados)												
2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
26.546	1.781	645	249	2.639	4.167	107	902	4.572	-	1.005	62	275

8.1.2.4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)

Os Fundos de Investimento em Participações (FIPs) estão classificados no segmento de estruturados.



Esses fundos foram adquiridos no período de 2010 a 2015. Durante o período de intervenção, foi identificada gestão temerária, o que justifica as desvalorizações das cotas registradas até o momento.

Esses fundos são acompanhados pela Gerência de Governança de Investimentos, bem como pela Gerência Jurídica, em razão dos processos judiciais em andamento. A equipe de investimentos participa ativamente de todas as assembleias e realiza o acompanhamento dos fatos relevantes relacionados aos processos de recuperação, aos projetos em andamento e às empresas investidas que possuem valores a recuperar.

A seguir, apresenta-se a tabela dos FIPs integrantes da carteira de investimentos, bem como o detalhamento dos respectivos processos de acompanhamento.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	Data do Aporte	Data do Vencimento	Total Aporte	PSI	PSII BD	PSII CD	2025	2024
(I) FIP GERAÇÃO DE ENERGIA	24.11.2010	29/06/2027	24.000	-	-	-	-	2.864
(II) FIP LSH	09.04.2013	05.04/2026	56.970	-	-	-	-	22.497
	23.12.2013							
	11.09.2014							
(III) FIP ÁTICO FLORESTAL	26.02.2013	18.01.2031	30.000	4.371	7.845	10.646	22.861	22.942
	27.05.2013							
(IV) FIP ETB	10.07.2013	27.06.2026	70.000	365	1.893	333	2.591	1.070
	21.08.2013							
(V) FIP FP2 MULTIESTRATE (FIM FP1)	23.05.2012	22.09.2024	109.000	-	-	-	-	-
	24.07.2012							
	19.06.2013							
(VI) FIP INFRA SANEAMENTO	23.05.2014	28.02.2028	50.000	-	46.665	30.057	76.722	76.720
	22.08.2014							
Total da Carteira			339.970	4.736	56.403	41.036	102.174	120.365

(I) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GERAÇÃO DE ENERGIA (FUNDO EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO/DESINVESTIMENTO)

Em 26/02/2019, foi deliberado em Assembleia Geral de Cotistas a substituição do gestor do fundo, da Ático Administração de Recursos Ltda, para BRPP Gestão de Produtos Estruturados "Brasil Plural".

Na AGC de 24/06/2019, foi aprovado o Plano de Encerramento Organizado do Fundo, com prazo de duração até 29/06/2021, podendo ser prorrogado, a critério do NOVO GESTOR, até 29/06/2023.

Conforme o Plano de Encerramento, o gestor iniciou o processo de desinvestimento, promovendo a alienação das empresas investidas pelo Fundo. Na AGC do Fundo, realizada em 13/05/2021, foi deliberada a substituição do administrador do Fundo para a RJ CTVM.

Em 21 de setembro de 2023, foi realizada assembleia onde se deliberou: (i) a aprovação do Plano de Encerramento do Fundo e a prorrogação de seu prazo por mais 2 (dois) anos, podendo ser



estendido por mais 2 (dois) anos, conforme as condições previstas no Plano de Encerramento; e (ii) a definição de condições mínimas, conforme o material de apoio, para a celebração de um Contrato Definitivo com um terceiro investidor no processo de responsabilização.

Na Assembleia Geral de Cotistas (AGC) realizada em 21/09/2023, foi deliberado o novo prazo de duração do Fundo até 29/06/2027.

O gestor do Fundo realiza reuniões mensais para atualizar os cotistas sobre a situação atual do Fundo, o andamento das empresas investidas e o processo de responsabilização dos antigos prestadores de serviços.

Situação atual do percentual referente ao aporte dos Planos no fundo: Desvalorização de cotas de -107,67%, em relação ao valor investido, decorrente a precificação das empresas investidas pelo Fundo, despesas operacionais, entre outros - ref.: dez/2025.

(II) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES FIP LSH (FUNDO EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO/DESINVESTIMENTO)

O FIP LSH foi mencionado no procedimento investigatório criminal nº 1.16.000.003635/2016-19, conduzido pelo Ministério Público Federal, em razão dos investimentos realizados pelos fundos de pensão na bandeira hoteleira Trump.

Em 25/07/2017, a Entidade foi notificada pelo ofício da PREVIC referente ao processo nº 44011.005366/2017-78, relacionado ao Auto de Infração (AI) nº 043/17. Este auto de infração abordava a aquisição de cotas do FIP LSH, aprovada pela Diretoria Executiva do SERPROS em março de 2013, em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Em janeiro de 2018, os cotistas deliberaram pela substituição da administração do fundo, que era realizada pela Orla DTVM, passando a ser conduzida pela RJI Corretora de Valores.

Em conformidade com a ICVM 579/16, o ativo (empresa investida) foi reespecificado, resultando em uma desvalorização de 58,83% em relação ao valor inicialmente aportado pelo SERPROS.

Em abril de 2018, a empresa investida LSH foi mencionada na Operação Rizoma, um desdobramento das operações Eficiência, Hic et Ubique e Unfair Play, com o objetivo de aprofundar as investigações sobre os investimentos feitos pelos fundos de pensão. Subsequentemente, o fundo foi citado na Operação Circus Maximus, deflagrada pela Polícia Federal (PF) em janeiro de 2019.

Em janeiro de 2019, foi protocolado o pedido de recuperação judicial da empresa investida, e o Plano de Recuperação Judicial foi formalmente apresentado em 03/06/2019. A RJI assumiu a gestão interina do fundo após a renúncia da Roma Asset, ocupando a posição de gestora desde 31/12/2018.



Em 2020, devido aos impactos da pandemia de COVID-19, a operação do hotel foi temporariamente suspensa.

Na AGC realizada em maio de 2021, a maioria dos cotistas aprovou a contratação de uma nova empresa para assumir a administração hoteleira da LSH BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., que se encontrava em recuperação judicial. Após essa deliberação, o hotel foi reaberto em 29/10/2021 sob a nova administração hoteleira.

Em 05/04/2022, foi aprovado pelos cotistas o plano de desinvestimento e liquidação do fundo, com prazo máximo de 48 meses (4 anos).

Destaca-se que, após a decisão do CRPC decorrente do auto de infração da PREVIC, o SERPROS moveu ação de reparação contra os ex-dirigentes, os quais foram condenados pela PREVIC. O SERPROS aguarda o desfecho das ações reparatórias em curso.

Em 08/10/2023, foi enviado um fato relevante pela RJI CTVM informando que o Contrato de Administração Hoteleira com a empresa hoteleira foi rescindido em 25 de setembro de 2023, devido ao descumprimento de diversas cláusulas contratuais. No dia 27/09/2023, um novo Contrato de Administração Hoteleira foi assinado com outra empresa hoteleira, cuja eficácia depende da aprovação dos cotistas em assembleia, conforme estipulado no item 2.3 do referido contrato.

Em 06/11/2023, foi realizada uma assembleia de cotistas, que aprovou o novo Contrato de Administração Hoteleira com a empresa hoteleira selecionada.

O Administrador do fundo segue acompanhando a finalização das demonstrações financeiras da empresa investida, com o objetivo de atualizar a situação da precificação da empresa no fundo.

Situação atual do percentual referente ao aporte dos Planos no fundo: Desvalorização de cotas de -156,60% em relação ao valor investido, decorrente a precificação das empresas investidas pelo Fundo, despesas operacionais, entre outros - ref.: out/2025.

Em agosto de 2025, foi recebida proposta para alienação das cotas do fundo, a qual foi analisada pelo Comitê de Aplicações (CAP) e pelo Comitê de Riscos de Investimentos (COR), com base em material técnico que subsidiou as recomendações dos referidos comitês para Diretoria Executiva.

Considerando a situação do fundo, marcada por sucessivas desvalorizações das cotas observadas desde 2018, que resultaram em saldo negativo aproximado de R\$ 32.000 mil, referente exclusivamente à participação dos planos de benefícios no referido fundo, bem como o cenário de recuperação judicial e os diversos passivos identificados tanto nas empresas investidas quanto no próprio fundo, a Diretoria Executiva aprovou a alienação das cotas do FIP LSH.

A operação foi realizada sob a modalidade de “porteira fechada”, nos termos negociados diretamente com o proponente, consistindo na alienação de 21,01% da participação do Plano SERPRO PS II, pelo valor total de R\$ 131,2 mil, correspondente a 1.312,28406 cotas ao valor unitário de R\$ 100,00. A transação ocorreu de forma imediata, sem condicionantes ou vínculos futuros,



configurando medida prudencial, alinhada às boas práticas de gestão dos recursos dos participantes e assistidos, com mitigação de riscos e maior segurança ao patrimônio do Plano PS II.

Dessa forma, todo o processo operacional de retirada desse fundo da carteira foi concluído, e o FIP LSH deixou de compor os ativos dos planos de benefícios administrados pelo Serpros.

Essa operação permitiu a reversão de um patrimônio líquido negativo de aproximadamente R\$ 32.000 mil (Trinta e dois milhões de reais), trazendo impacto direto no resultado do mês de outubro de 2025 para o plano PS-II. A medida representa um importante avanço na gestão dos investimentos, com mitigação de riscos na proteção do patrimônio dos participantes e atuação alinhada ao guia de melhores práticas da Previc.

(III) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ÁTICO FLORESTAL (FUNDO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO/DESINVESTIMENTO)

Na Assembleia Geral de Cotistas (AGC) de 26/03/2019, foi aprovada pelos cotistas a substituição da gestora para a QUELUZ Gestão de Recursos Financeiros Ltda.

Na AGC de 16/09/2019, os cotistas aprovaram o Plano de Liquidação do Fundo.

Na AGC de 18/09/2020, foi aprovada pelos cotistas a prorrogação do prazo do Plano de Liquidação apresentado pela gestora, passando a prever a finalização até 21/09/2021. O gestor iniciou, então, o processo de desinvestimento, com a alienação das empresas investidas.

Na AGC de 03/09/2021, os cotistas aprovaram a alienação de 100% da principal empresa investida pelo Fundo, além de uma nova prorrogação do Plano de Liquidação para 15/01/2031, a fim de coincidir com o prazo final do pagamento previsto na proposta de alienação de ações.

Em 23/08/2022, o gestor apresentou aos cotistas a situação da empresa investida e informou sobre o progresso dos trabalhos de reestruturação, com a previsão de conclusão para dezembro de 2023, quando será possível avaliar a viabilidade econômica da empresa.

Na AGC de 17/01/2025, foi aprovado a redução do capital da Tree Florestal Empreendimentos e Participações S/A, inscrita no CNPJ sob nº 15.305.977/0001-94 ("Tree Florestal"), investida do Fundo, e, conseqüentemente, realizar a amortização de cotas do Fundo.

O SERPROS acompanha e monitora o fundo solicitando posições atualizadas sobre a empresa investida, o andamento do fundo e a quitação dos valores relativos à alienação da principal empresa investida, conforme o contrato assinado.

Situação atual do percentual referente ao aporte dos Planos no fundo: Desvalorização de cotas de -23,80% devido à precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2025.

(IV) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ETB

Em 2018, foi deflagrada a OPERAÇÃO RIZOMA, a qual revelou que o FIP ETB, a ATG e a ATS foram palco para simulação de contratos sem lastro, destinados a desviar os recursos dos fundos de pensão para viabilizar operações de doleiros e lavagem de dinheiro em benefício de políticos.

As acusações levaram à prisão principal executivo responsável pela idealização da empresa investida ATG e do membro do Conselho de Administração e executiva responsável pelas áreas jurídica, compliance, administrativo e contábil da ATG. Após a prisão foi recebido comunicado informando sobre o afastamento desses membros de seus quadros, bem como da ATG e ATS.

Em 01/11/2019, foi enviado um Fato Relevante aos cotistas do ETB FIP – Multiestratégia, comunicando que o registro da Única Administração e Gestão de Recursos Ltda. como administrador de carteira foi cancelado, conforme decisão no Processo CVM nº 19957.008972/2019-90.

Na AGC de 20/03/2020, os cotistas deliberaram pela substituição do administrador e gestor do fundo, aprovando: (i) a RJI CTVM Ltda para os serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração, e (ii) a RJI Gestão e Investimentos Ltda para os serviços de gestão.

Na AGC de 10/08/2020, foi deliberada a prorrogação do fundo por um período adicional de dois anos, com a possibilidade de prorrogação por mais dois anos.

Em dezembro de 2020, em nova AGC, foi aprovada a substituição do gestor do fundo, passando a ser contratado o Angra Partners, com o objetivo de reestruturar o fundo e as empresas investidas. Para isso, foram contratadas empresas especializadas para realizar diligências no fundo e nas empresas investidas, a fim de mapear a verdadeira situação.

Na AGC de 28 de março de 2022, os cotistas aprovaram uma nova prorrogação do fundo, por mais dois anos, com início a partir de 27/09/2022.

Destaca-se que, após a decisão do CRPC, decorrente do auto de infração da PREVIC, o SERPROS moveu uma ação de reparação contra os ex-dirigentes, os quais foram condenados pela PREVIC. O SERPROS aguarda o desfecho das ações reparatórias já em andamento.

Em 02/02/2023, foi realizada a operação de fechamento e liquidação financeira do aporte primário do novo investidor na empresa investida pelo fundo. A operação envolveu a subscrição de novas ações emitidas pela empresa investida.

Em 27/05/2024, foi aprovado em assembleia, pela maioria dos cotistas, a prorrogação do prazo de duração do Fundo por mais 2 (dois) anos, conforme o material apresentado pela Gestora.

O gestor do fundo realiza reuniões mensais para atualizar os cotistas sobre o andamento do projeto da Nova Bolsa, destacando os avanços tecnológicos do projeto, bem como as interações com os órgãos reguladores (Bacen e CVM) e a quitação das obrigações do novo investidor.



Situação atual do percentual referente ao aporte dos Planos no fundo: Desvalorização de cotas de -96,30% em relação ao valor investido, decorrente a precificação das empresas investidas pelo Fundo, entre outros - ref.: dez/2025.

(V) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES FP2 (100 % PROVISIONADO) - (FUNDO EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO/DESINVESTIMENTO)

Devido à renúncia da LAD Capital, na AGC realizada em 30/04/2019, foi aprovada a substituição da administradora, que passou a ser a ORLA DTVM, e a gestão do fundo, que foi transferida para a FL Gestora. Até 31/12/2020, não houve nova substituição do administrador do fundo, mantendo-se a LAD Capital.

Na AGC de 07/07/2022, foi deliberada a substituição da administradora e da gestora, com a aprovação da contratação da BFL Administração de Recursos LTDA como nova administradora e da Arena Capital Asset como nova gestora.

Na AGC de 22/09/2022, foi aprovado o Plano de Liquidação do Fundo, com prazo de duração de 2 anos.

O gestor do fundo fornece atualizações trimestrais aos cotistas sobre o andamento do plano de liquidação.

Situação atual do percentual referente ao aporte dos Planos no fundo: Desvalorização de cotas de -100% devido à situação atual das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2025.

(VI) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRA SETORIAL (FUNDO EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Na AGC de junho de 2018, foi aprovada pelos cotistas a substituição do administrador do fundo, passando de Gradual Investimentos para RJI CTVM.

Em 12/11/2021, durante assembleia geral de cotistas, foi aprovada a reestruturação da empresa investida, com a entrada de um novo investidor.

Em 10/02/2022, foi enviado comunicado informando que foi concluída a etapa prevista de investimentos do novo cotista no fundo e na empresa investida, conforme estabelecido no Acordo de Investimentos aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 12/11/2021. Após a entrada do novo investidor, o gestor do fundo enviou fato relevante informando sobre a aquisição de diversos ativos e projetos por meio das empresas investidas.

Na assembleia de cotistas realizada em 03/05/2023, foi aprovada a prorrogação do prazo do fundo por mais 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 5 do Regulamento, com início em 28/02/2023.

Na 26ª Reunião do Comitê de Investimento (“RCI”) do Infra Setorial FIP Multiestratégia (“Fundo”), encerrada em 04/11/2025, aprovou a contratação do BTG Pactual Investment Banking Ltda. (“BTG”) para “atuar como Assessor Financeiro para conduzir processo competitivo de mercado



relacionado à potencial captação de recursos ou venda da CONASA Infraestrutura S.A.”, empresa investida do Fundo, “e/ou seus segmentos de negócio”, e autorizou a Gestora a negociar os termos e condições da referida contratação.

O gestor do fundo realiza reuniões trimestrais para atualizar os cotistas sobre a estratégia do fundo e o progresso das empresas investidas.

Situação atual do percentual referente ao aporte dos Planos no fundo: Valorização de cotas de +53,44% referente à precificação das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2025.

8.1.2.5. MOVIMENTAÇÕES OCORRIDAS NOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS ENTRE 2010 E 2025

O quadro a seguir demonstra o histórico consolidado dos fundos de investimentos a partir do exercício social de 2010, contemplando as operações aportes, aplicações, resgates e variações pela valorização ou desvalorização das cotas e provisões para perdas.

(Valores apresentados em R\$ mil)

DEMONSTRATIVO HISTÓRICO CONSOLIDADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO DE 24/11/2010 A 31/12/2025						
DESCRIÇÃO	PRINCIPAL			VARIÇÃO		SALDO ATUAL F=A+B+C+D+E
	APORTE (A)	APLICAÇÃO (B)	RESGATE (C)	COTA (D)	PERDAS (E)	
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	8.955.266	8.330.024	-9.674.990	2.533.432	-1.344.602	8.799.131
FUNDO DE RENDA FIXA	116.400	0	0	8.890	0	125.290
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	7.000	-	-	807	-	7.807
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	7.000	-	-	803	-	7.803
BRADESCO INSTITUCIONAL RF CP	51.200	-	-	3.647	-	54.847
SUL AMÉRICA ESG RF CP	51.200	-	-	3.635	-	54.835
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	45.000	2	-77	-42.878	-1.974	72
BVAM3	45.000	1,66	- 76,55	- 6.676,96	- 1.974,40	36.274
BVAM3 (AMORTIZAÇÃO)	-	-	-	-36.201,37	-	36.201
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES	339.610	260.054	-145.725	187.517	0	641.456
GF PYXIS (SERPROS FIA I) - MEARAS	70.000	12.860	- 47.407	46.670	-	82.123
VINCI MOSAICO FIA	80.000	7.851	- 8.071	14.858	-	94.638
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	24.000	64.898	- 7.396	39.386	-	120.889
NEO NAVITAS FIC FIA	21.010	87.502	- 79.288	1.289	-	27.936
GUEPA INST FIC FIA	50.000	86.552	- 3.217	76.155	-	209.489
TARPON GT FIC FIA	47.300	196	- 170	6.998	-	54.324
ABSOLUTE ENDURANCE FIC FIA	47.300	194	- 175	4.738	-	52.058
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	380.970	192.128	-367.122	337.977	-441.777	102.175
ATICO FIP	24.000	3.326	- 4.731	15.457	- 7.139	-
PATRIARCA	50.000	130	- 50.130	48.290	- 48.290	-
REALEISIS (LA SHOPPING CENTER)	50.000	3.255	- 53.255	38.698	- 38.698	-
ATICO	30.000	4.265	- 4.967	50.402	- 56.838	22.861
Seis BI (LSH)	56.970	12.950	- 69.919	25.841	- 25.841	-
ETB	70.000	5.718	- 23.252	17.534	- 67.409	2.591
BIOENERGIA	70.000	5.246	- 75.246	69.687	- 69.687	-
INFRA	30.000	42.077	- 24.634	29.278	-	76.722
FP2	-	115.161	- 60.989	73.702	- 127.875	-
FUNDO DE INVESTIMENTOS - MULTIMERCADO	8.030.587	7.867.330	-9.161.716	2.055.285	-900.850	7.890.636
BOTAFOGO (INCLUINDO TÍT. PÚBLICO)	20.000	455.585	- 474.220	570.754	- 569.454	2.665
STARK (INCLUINDO TÍT. PÚBLICO)	358.513	1.528.716	- 1.887.230	85.190	- 85.190	0
CREDIT - HUNGRIA BVA (INCLUINDO TÍT. PÚBLICO)	1.681.215	3.493.614	- 4.297.632	403.579	- 246.207	1.034.569
PGA (100% TÍT. PÚBLICO)	57.909	292.660	- 316.839	4.489	-	38.219
IBIUNA HEDGE STH FIC FIM	60.000	52.247	- 59.434	35.128	-	87.941
IBIUNA LONG SHORT STLS FIC FIM 12	40.000	6.765	- 4.077	50.083	-	92.771
FIM STARK II	1.992.641	482.533	- 1.015.579	626.525	-	2.086.121
PEGASUS SER+ FIM	315	58.008	- 29.639	2.916	-	31.600
FIM CAIXA	1.079.357	1.294.518	- 955.359	109.397	-	1.527.912
FIF PSII CD CRED PRIV	1.564.749	-	- 67.618	90.729	-	1.587.861
FIF PSII BD CRED PRIV	1.101.888	202.370	- 53.794	72.684	-	1.323.148
C.GENOA CAPIT RADAR 701 FIM	24.500	157	- 147	1.604	-	26.113
ARMOR AXE FIM	24.500	156	- 148	1.439	-	25.947
KAPITALO K10	25.000	-	-	769	-	25.769
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII	42.700	10.510	-350	-13.359	0	39.501
CARTEIRA DE PARTICIPAÇÃO - FII STARK	19.937	10.185	- 0	1.923	-	28.199
CARTEIRA DE PARTICIPAÇÃO - MACAM SHOPPING FII	22.762	325	- 350	- 11.436	-	11.302

8.1.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

8.1.3.1 - IMÓVEIS

Em 31/12/2025, a carteira imobiliária encerrou com montante de R\$ 87.516 mil (R\$ 96.529 mil em 2024) como segue:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Carteira Imobiliária	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2025	2024
Locados ao Patrocinador	12.143	1.403	5.668	-	19.214	21.611
Belém (PA)	12.143	1.403	5.668	-	19.214	21.611
Locados a Terceiros	23.432	2.707	10.937	15.990	53.066	51.850
Centro Empresarial Transatlântico (SP)	2.345	271	1.094	-	3.710	4.136
Centro Empresarial VARIG (DF)	21.087	2.436	9.843	-	33.366	31.819
Imóvel Botafogo	-	-	-	15.990	15.990	15.895
Aluguéis a receber	80	9	37	-	126	73
Valores a Receber pela Alienação de Imóveis	9.549	1.103	4.458	-	15.110	22.995
Total	45.204	5.222	21.100	15.990	87.516	96.529

O imóvel de Botafogo foi transferido em 2024 do ativo imobilizado para o ativo realizável dos investimentos, no subgrupo de investimentos imobiliários no Plano de Gestão Administrativa, uma vez que deixou de ser utilizado para a administração da entidade (vide nota 9).

O imóvel do Edifício São Luiz, situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830 – Itaim Bibi – São Paulo/SP, foi alienado no mês de julho de 2024 pelo valor de R\$ 26.700 mil, a ser liquidado em 6 parcelas semestrais de R\$ 4.450 mil, com a 1ª parcela a ser paga na data de fechamento da operação e as parcelas subsequentes ajustadas pela variação do IPCA + 4,5% ao ano, conforme cláusulas contratuais. Em 16 de agosto de 2024, foi lavrada e assinada a escritura de venda e compra, contendo o instrumento de alienação fiduciária em garantia. Na mesma data, foi efetivamente recebida a 1ª parcela do valor acordado, no montante de R\$ 4.450 mil, conforme previsto no contrato. Em 31/12/2025, o saldo a receber relativo à alienação é de R\$ 15.110 mil (R\$ 22.995 mil em 31/12/2024).

O montante a receber decorrente de questões imobiliárias e de aluguéis inadimplidos relativos a imóveis locados a terceiros totaliza **R\$ 7.567 mil**, dos quais **R\$ 7.375 mil** encontram-se **provisionados como crédito de liquidação duvidosa**, em razão das inadimplências verificadas nos seguintes casos: **Grupo OK** (discussão acerca de obrigações pecuniárias previstas em instrumento firmado em 1991, relativas às unidades do Condomínio Varig), **Codunas** (valores correspondentes a frutos de imóvel localizado no Ceará, referentes ao ano de 1995), **Brascol** (locações no Edifício Fernandez Plaza, nos anos de 1994 e 1995), **Cooperdata** (frutos de locação de edifício situado na Rua Voluntários da Pátria, em São Paulo, referentes a 2005), **Forma Audiovisual** (locação de salas na Avenida Antônio Carlos Magalhães, na Bahia, referente a 1999) e **Fernandez** (discussão sobre valores contratuais decorrentes da aquisição de imóveis localizados na

Avenida Antônio Carlos Magalhães/BA, datada de 1993).

Há, ainda, crédito locatício constituído em face da **Link Bagg**, decorrente do inadimplemento do contrato de locação de uma das salas do **Condomínio Centro Empresarial Varig**, ocorrido em 2019.

Registre-se que, dentre os imóveis mencionados nos dois parágrafos anteriores, **apenas as salas situadas no Condomínio Varig integram atualmente a carteira imobiliária do SERPROS**, sendo certo que todos os demais referidos já foram alienados.

No exercício de seu **dever fiduciário** e com o objetivo de buscar a recuperação dos valores devidos, o SERPROS promoveu, ao longo dos anos, **medidas judiciais em face dos respectivos devedores**, encontrando-se as demandas atualmente **em fase executória**, com a atualização dos créditos e a adoção de diligências voltadas à **localização de bens passíveis de construção judicial**.

No ano de 2025, foram contratadas empresas especializadas para avaliações imobiliárias, resultando nas reavaliações patrimoniais dos investimentos imobiliários registradas em dezembro de 2025, conforme discriminadas a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Imóvel	Data Reavaliação	Avaliador Responsável	Valor Contábil na data da Reavaliação	Valor Reavaliação	Resultado Reavaliação	Vida Útil	Conta Contábil Relacionada
Regional Belém	dez/25	MRICS BINSW ANGER BRASIL	21.611	19.213	(2.398)	Vida útil remanescente de 30 anos	1.02.03.07.04.02.04
Centro Empresarial Varig	dez/25	Câmara de Consultores Associados Ltda	31.819	33.366	1.547	Vida útil remanescente de 50 anos	1.02.03.07.04.03.04
Centro Empresarial Transatlântico	nov/25	Cushman & Wakefield	4.136	3.710	(426)	Vida útil remanescente de 25 anos	1.02.03.07.04.03.04
Imóvel Botafogo	dez/25	MRICS BINSW ANGER BRASIL	15.895	15.926	31	Vida útil remanescente de 30 anos	1.02.03.07.04.03.04
Total			73.461	72.215	(1.246)		

O Edifício Lucas Lopes, localizado em Belo Horizonte, foi desapropriado pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais em 2008. Em 2009 o SERPROS registrou a baixa do investimento e adotou as medidas para levantar o crédito. Em 2010 foi disponibilizado o alvará para levantamento de 80% do montante depositado em juízo, no valor de R\$ 9.399 mil, depositado na conta do SERPROS em 14/05/2010. Em maio de 2020, o saldo de R\$986 mil, foi reclassificado como "Outros Realizáveis, assim provisionado para perda.

Importante destacar que, até o presente momento, **não há registro de inadimplência por parte dos locatários atuais nos imóveis que compõem a carteira imobiliária**. Os contratos e recebimentos são acompanhados e monitorados de forma contínua, em conformidade com as regras e diretrizes estabelecidas nos manuais de investimentos.

8.1.3.2 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Os Fundos de Investimento imobiliário da carteira de investimentos dos planos estão descrito a seguir:

(Valores apresentados em R\$ mil)

CARTEIRA FUNDOS IMOBILIÁRIOS				
	PS I	PS II BD	PS II CD	TOTAL
MACAM SHOPPING FII	2.596	2.223	6.483	11.302
STARK FII	19.083	3.767	5.349	28.199
TOTAL	21.679	5.990	11.832	39.501

(I) FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS MACAM, ANTIGO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES LA SHOPPING

O valor aportado pelos planos de benefícios foi de R\$ 50.000 mil, realizado em 02/10/2012.

Na AGC realizada em maio de 2018, foi aprovada a distribuição de cotas do Fundo, e, de acordo com o Gestor, os recursos arrecadados foram destinados à aplicação na empresa investida, com a aquisição de um novo ativo.

Na AGC de 27/05/2019, os cotistas aprovaram a substituição dos prestadores de serviços, com a transferência da administração do fundo para a Daycoval Asset Management e os serviços de custódia, controladoria e escrituração de cotas para o Banco Daycoval. Além disso, foi deliberada a alteração da forma de gestão do fundo, passando a ser conduzida exclusivamente pela Legatus Gestora de Recursos Financeiros LTDA.

Em 03/12/2021, o administrador enviou um fato relevante comunicando a contratação da empresa Ernst & Young para realizar uma nova avaliação do valor justo dos imóveis relacionados aos empreendimentos do fundo. A análise detalhada da EY resultou na desvalorização dos valores das cotas, após revisão dos imóveis e do estudo de viabilidade do empreendimento a ser construído.

Em 27/12/2021, foi enviado um comunicado ao mercado informando sobre a renúncia do Banco Daycoval.

Na AGC de 05/04/2022, os cotistas aprovaram a transferência da administração do fundo da Daycoval Asset para o BTG Pactual Serviços Financeiros S.A., além da transferência dos serviços de custódia e tesouraria para o Banco BTG Pactual.

Na AGC de 20/10/2022, os cotistas aprovaram: (i) a alteração do tipo do fundo de Fundo de Investimento em Participações (FIP) para Fundo de Investimento Imobiliário (FII); (ii) a alteração da denominação do fundo para FII Macam Shopping; (iii) a autorização para negociação das cotas do



fundo na B3; e (iv) a substituição da gestão do fundo, passando da Legatus Gestora para a Trustree DTVM.

Em 01/02/2023, foi enviado um fato relevante informando que a remarcação dos ativos do fundo resultou em um impacto positivo no patrimônio, que passou de R\$ 154.584 mil para R\$ 306.329 mil, representando uma variação positiva de 98,16%. A reavaliação dos ativos foi baseada em laudo elaborado pela JLL Valuation & Advisory Services, emitido em 31/12/2022, e os valores atualizados foram refletidos na cota disponível a partir de 12/01/2023.

Em 13/02/2023, foi constituído o FII Macam, com a alteração do segmento do fundo de FIP para fundo imobiliário, e o nome foi alterado para Fundo de Investimento Imobiliário Macam Shopping, conforme aprovado na assembleia de 22/10/2022.

Em 29/09/2023, foi enviado um ofício (DP 034/2023) ao gestor solicitando esclarecimentos sobre a verdadeira situação do fundo e das empresas investidas, informações que o SERPROS havia solicitado desde janeiro de 2023.

Em 30/11/2023, foi realizada uma nova assembleia para deliberar sobre a aprovação de nova emissão de cotas do fundo. A matéria foi aprovada pela maioria dos cotistas, enquanto o SERPROS reprovou devido à falta de informações adequadas para análise.

Na AGC de 15/03/2024, foi aprovado pela maioria dos cotistas a negociação das cotas do fundo no ambiente B3. A negociação iniciou em janeiro de 2025.

Na AGC realizada em 24/12/2024, foi aprovada a substituição da administração fiduciária, com a troca dos prestadores de serviços de administração, controladoria, custódia e escrituração do fundo, que passaram a ser responsabilidade da MASTER S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários. O SERPROS reprovou a matéria de substituição do prestador de serviço de administração por falta de informações necessárias para subsidiar a recomendação dos comitês à Diretoria Executiva.

O SERPROS monitora e acompanha o fundo através de solicitações de informações e notificações aos prestadores de serviços do fundo, devido à dificuldade de informações.

Situação atual do percentual referente ao aporte dos Planos no fundo: Desvalorização de cotas de -77,40% devido à situação atual das empresas investidas pelo Fundo – ref.: dez/2025.

(II) STARK FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA

O FII Stark foi criado em razão do desenquadramento dos fundos FIM Credit e FIM Stark, para abrigar as 58 unidades imobiliárias que foram recebidas no processo de negociação por meio da assinatura, em 09/12/2015, da Escritura Pública de Dação em Pagamento em Bens Imóveis, localizadas em Belo Horizonte.

As referidas unidades imobiliárias foram registradas, em outubro de 2018, nos fundos



exclusivos SERPROS, FIM Stark e FIM Credit. Posteriormente, em razão de uma reestruturação, foram transferidas para o FII Stark, igualmente fundo exclusivo e de gestão própria do SERPROS.

Para fins de reconhecimento do valor justo, o administrador do fundo, RJI CTVM, contrata anualmente empresa especializada para avaliação das unidades imobiliárias, possibilitando a adequada contabilização dos valores correspondentes de cada unidade na carteira de investimentos do SERPROS.

Ao final de 2021, foi contratado escritório de advocacia especializado com o objetivo de implementar estratégia jurídica visando à reparação dos prejuízos causados. A medida judicial foi proposta em março de 2022 e encontra-se, atualmente, em fase inicial de saneamento.

8.1.4 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

As Operações com Participantes correspondem a Empréstimos e Financiamentos Imobiliários e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária na data de encerramento das demonstrações contábeis.

a- Empréstimos Simples - Em 31/12/2025, o saldo de R\$ 98.076 mil (R\$ 79.960 mil em 2024) está líquido da provisão crédito de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 7.554 mil (R\$ 8.302 mil em 2024), registrada em função da inadimplência. O SERPROS, para a recuperação dos créditos, contratou escritório jurídico especializado e mantém procedimentos administrativos de registro de inclusão nos órgãos de proteção ao crédito.

b- Financiamentos Imobiliários - Em 31/12/2025, o saldo de R\$ 3.020 mil (R\$ 3.020 mil em 2024), refere-se aos contratos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) que estão congelados em posição de Relação de Contratos Não Validados (RNV) junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Após a validação dos valores serão emitidos títulos de securitizados pelo Tesouro Nacional com registro escritural na CETIP.

8.1.5. PRECATÓRIOS A RECEBER

LETRAS DO TESOURO DE SANTA CATARINA - LTSC

O Precatário n.º 0000779-13.2013.8.24.0500 é resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023), decorrente da falta de cumprimento do vencimento dos títulos (Letra Financeira de Santa Catarina), adquiridos em novembro e dezembro 1996, com vencimento previsto para maio de 2001.

Na ocasião do vencimento, a Diretoria Executiva decidiu pelo provisionamento da perda deste



título, conforme determina a legislação e adotou as medidas judiciais para a recuperação do valor investido.

Em 2013, considerando o posicionamento da Gerência Jurídica e do escritório de advocacia externo, tendo como base o acompanhamento processual elaborado pelo patrono do SERPROS, em razão da sentença transitada em julgado favorável, a Diretoria Executiva decidiu reverter a provisão para perda e contabilizar o montante incontroverso de R\$ 145.363 mil.

A título de histórico, lembra-se que, em dezembro de 2020, o Precatório do SERPROS estava posicionado em 2.253º na lista de preferência. Cumpre informar que como a lista tem prioridades, o andamento dela é irregular.

Na época, o valor atualizado do Precatório era de R\$ 201.165 mil, conforme informação da página oficial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O valor do precatório é atualizado automaticamente pelo sistema do Tribunal de Justiça de Santa Catarina todo o dia primeiro de cada mês, nos termos da metodologia fixada no julgamento da ADIs nº 4357/DF e 4225/DF e RE 579.431/RS, conforme Ato normativo TJ Nº 18/2018 do TJ RJ, de 27/12/2018.

O Estado de Santa Catarina reconhece como devido o precatório, mas não aceita a atualização do valor que originou o precatório, uma vez que o acórdão fixou a SELIC como critério para atualização do valor originário. Nessa esteira, o Estado interpôs Agravo de Instrumento n.º 4015442-65.2018.8.24.0000, desprovido, tendo sido interposto Agravo em Recurso Especial n.º 1.637.565/RJ, que também restou desprovido em outubro de 2020.

É importante destacar que sobre o valor do crédito que será recebido pelo SERPROS incidirão honorários advocatícios, a razão de 3% (três por cento), conforme estabelecido do contrato de prestação de serviços, provisionados no Exigível da Gestão Previdencial no montante de R\$ 9.394 mil.

Do crédito a receber, deduzindo os honorários, o SERPRO fará jus ao montante a ser calculado no percentual de 42,72499%, conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo).

O valor atualizado do Precatório até 31/12/2025 é de R\$ 313.118 mil e a posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é de 640º. Os valores dos precatórios de Santa Catarina relacionados a cada plano de benefícios administrado pelo SERPROS estão apresentados no quadro a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Letras de Santa Catarina	PSI	PSII BD	PSII CD	2025	2024
Valor Incontroverso (Ativo)	179.338	26.695	107.085	313.118	294.811
(-) Honorários Advocatícios (Passivo)	(5.380)	(801)	(3.213)	(9.394)	(8.844)
(-) Reversão do Contrato do Aporte (Passivo)	-	(25.894)	(103.872)	(129.766)	(122.179)
Valor Líquido a Receber	173.958	0	0	173.958	163.788

8.1.6. INVESTIMENTOS – OUTROS REALIZÁVEIS

Estão registrados os direitos do SERPROS decorrentes de decisão judicial ou de processos administrativos favoráveis que resultaram em crédito, totalizam em 2025 o montante de R\$ 998 mil (R\$ 1.128 mil em 2024).

8.1.6.2. EDIFÍCIO LUCAS LOPES

O Edifício Lucas Lopes, localizado em Belo Horizonte, foi desapropriado pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais em 2008. Em 2009, o SERPROS registrou a baixa do investimento e adotou as medidas para levantar o crédito. Em 2010, foi disponibilizado o alvará para levantamento de 80% do montante depositado em juízo, no valor de R\$ 9.399 mil, depositado na conta do SERPROS em 14/05/2010, restando ainda o valor de R\$ 986 mil a receber. Em maio de 2020, o saldo de R\$986 mil, foi reclassificado como “Outros Realizáveis, permanecendo registrado até 31/12/2025.

8.1.7. DESPESAS DIRETAS DOS INVESTIMENTOS

As despesas diretas dos investimentos, tais como as taxas condominiais, seguros, custos de manutenção, demais taxas e impostos incidentes sobre investimentos imobiliários de responsabilidade do locador (proprietário) foram contabilizadas como "Deduções/Variações Negativas" dos investimentos", conforme determinação legal.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(Valores apresentados em R\$ mil)

Imobilizado e Intangível	2025	2024
Imobilizado	436	404
Móveis e Utensílios	106	77
Máquinas e equipamentos	59	60
Equipamentos de informática	271	267
Intangível	68	102
Total	504	506

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Exigível Operacional	PSI	PSII BD	PSII CD	SER +	PGA	2025	2024
Gestão Previdencial	5.340	28.641	181.917	80	-	215.978	251.883
Benefícios a pagar	1.956	298	17	-	-	2.271	2.271
Retenções a recolher	921	806	1.097	79	-	2.903	2.615
Outras exigibilidades	2.463	27.537	180.803	1	-	210.804	246.997
Gestão Administrativa	-	-	-	-	6.871	6.871	4.701
Contas a pagar	-	-	-	-	4.003	4.003	3.876
Retenções a recolher	-	-	-	-	345	345	337
Tributos a recolher	-	-	-	-	171	171	148
Outras exigibilidades	-	-	-	-	2.352	2.352	340
Investimentos	6.933	1.814	3.762	-	6	12.515	11.818
Fundos de investimento	612	974	298	-	-	1.884	4
Investimentos imobiliários	80	9	37	-	-	126	1.776
Retenções de tributos a recolher	6	1	40	-	6	54	48
Outras exigibilidades	6.235	830	3.386	-	-	10.451	9.990
Total	12.273	30.455	185.679	80	6.877	235.364	268.402

10.1. OUTRAS EXIGIBILIDADES / GESTÃO PREVIDENCIAL

Estão registrados como valores mais expressivos os compromissos assumidos pelos Planos de Benefícios relativos à Gestão Previdencial, representados, basicamente, pelo aumento da provisão do valor a pagar ao SERPRO, na ordem de R\$ 129.766 mil em 2025 (R\$ 122.179 mil em 2024), conforme previsto no contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo), quando do recebimento do montante das Letras de Santa Catarina, referenciado na nota 8.1.5 e R\$ 77.196 mil em 2025 (R\$ 88.670 mil em 2024) referente ao ajuste do Exigível Operacional relativo à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

10.2. EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão registrados os compromissos a pagar pelo SERPROS, relativos à Gestão Administrativa. Destacam-se as ações judiciais que questionam a constitucionalidade do art. 3º da Lei nº 9.718/98. Tal normativo determina como base de cálculo do PIS e da COFINS o faturamento, entendido, no § 1º do art. 3º, como receita bruta, a totalidade das receitas auferidas da pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida. Pela relevância da matéria e a fim de resguardar o patrimônio dos participantes e assistidos, o SERPROS ingressou com essas ações judiciais para garantir o direito de não se sujeitar à cobrança de tais contribuições. Desde 2002, o SERPROS estava depositando judicialmente os valores determinados. A partir de janeiro de 2015, em observância a Lei nº 12.973/14, o SERPROS passou a recolher as contribuições diretamente para a União.

(I) COFINS

O SERPROS questiona a cobrança da COFINS, nos autos da Ação Ordinária nº 0034231-05.2002.4.01.3400 (2002.34.00.034298-3) em trâmite na 21ª Vara Federal/DF, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que lhe obrigue a recolher a contribuição sobre receitas, uma vez que não auferir receita própria. Em segunda instância, o TRF da 1ª Região entendeu ser legítima a cobrança da COFINS e determinou que a contribuição recaia sobre as contribuições vertidas pelos participantes. Em vista dessa decisão, apresentamos Embargos de Declaração, com o objetivo de que o Tribunal se manifestasse sobre disposto no art. 69 da LC 109/01, que impede a incidência de qualquer tributação sobre as contribuições vertidas por participantes. Entretanto, o Tribunal não acolheu os argumentos dos embargos apresentados, motivo pelo qual foi interposto Recursos Especial e Extraordinário para os Tribunais Superiores (STJ e STF). Cumpre observar que o Recurso Especial foi provido pelo STJ, que anulou acórdão do TRF-1 e, assim, determinou que fosse realizado novo julgamento acerca dos Embargos de Declaração apresentados. Em 01/09/2015, o TRF-1 proferiu novo julgamento e negou provimento aos Embargos de Declaração. Em seguida, em setembro de 2022, o Recurso Especial do SERPROS foi inadmitido (e foi objeto de agravo em 14/10/2022), sendo que o Recurso Extraordinário foi admitido e desprovido em maio/2023, com trânsito em agosto/2023.

O processo retornou à origem no final de 2023, sendo certo que se buscará rediscutir a matéria - a efetiva apuração do que seriam "as receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial (...)" - a fim de possibilitar uma eventual reversão do caso favorável à entidade.

O assunto, de repercussão geral, foi apreciado pelo STF (Tema 372), que reconheceu que "As receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo PIS/COFINS cobrado em face daquelas ante a Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas". O saldo registrado na contabilidade no exercício social de 2025 é de R\$ 17.329 mil, permanecendo sem novas movimentações no exercício.

10.3. OUTRAS EXIGIBILIDADES / GESTÃO DE INVESTIMENTO

O valor com maior representatividade corresponde a atualização dos Honorários Advocatícios referentes aos precatórios das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 9.394 mil (vide nota 8.1.5). Também apresenta o registro do valor de R\$ 770 mil relativo à provisão para pagamento dos honorários aos patronos da ação da OFND, dentre outros valores de menor montante.

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL E PASSIVOS CONTINGENTES

Estão contabilizados os valores em litígio prováveis de desembolso, como segue:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Exigível Contingencial	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	2025	2024
Gestão Previdencial	-	10.291	-	-	10.291	9.041
Expurgos Inflacionários	-	5.770	-	-	5.770	3.781
Outras ações previdenciárias	-	4.521	-	-	4.521	5.261
Gestão Administrativa	-	-	-	4.785	4.785	1.821
Investimentos	3.207	2.966	1.493	-	7.666	6.706
Total	3.207	13.257	1.493	4.785	22.742	17.568

O quadro a seguir demonstra a quantidade de ações classificadas por perda na gestão previdencial e administrativa de cada plano administrado pelo SERPROS.

Plano Envolvido	Provável	Possível	Remota
PSI	1	16	-
PS II (a)	12	11	7
SER +	-	-	-
PGA	5	-	-
Total 2025	18	27	7
Total 2024	18	29	-

(a) Todos os processos judiciais do plano PS-II estão registrados na parcela de Benefício Definido

Demonstramos a seguir a movimentação das provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que o SERPROS entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e gerarão desembolsos futuros:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Plano Envolvido	Nota	2024	Varição de Provisões	2025
PSI	11.1	2.870	337	3.207
PSII BD	11.1	11.532	1.725	13.257
PSII CD	11.1	1.345	148	1.493
PGA	11.2	1.821	2.964	4.785
TOTAL		17.568	5.174	22.742



11.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O SERPROS constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes daquelas classificadas pela área jurídica como perda provável.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Objeto do Pedido Perda Provável (Gestão Previdencial)	PSI		PSII BD		PSII CD		TOTAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Trabalhista SERPRO (a)	-	64	-	-	-	-	-	64
Expurgos Inflacionários (b)	-	-	5.769	3.780	-	-	5.769	3.857
Previdenciário (c)	-	-	3.228	4.032	-	-	3.228	3.955
Reintegração (d)	-	-	1.293	1.165	-	-	1.293	1.165
TOTAL	-	64	10.290	8.977	-	-	10.290	9.041

a) Trabalhista SERPRO – são processos trabalhistas, envolvendo exclusivamente o Patrocinador, mas que o participante consegue reflexos na previdência complementar;

b) Expurgos Inflacionários – referem-se a processos em que o Autor pleiteia a atualização da sua reserva pelos Expurgos Inflacionários;

c) Previdenciário – são os processos referentes à gestão da previdência, envolvendo questionamentos sobre pensões, complementações e assuntos genéricos e individualizados;

d) Reintegração – subgrupo específico das ações trabalhistas do SERPRO, relativo a empregados que foram desligados e que conseguiram a reintegração judicialmente, com efeitos na previdência complementar.

11.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para fins de registro e atualização do contingenciamento passivo relativo ao PGA envolvendo diretamente o SERPROS, em razão do acompanhamento realizado pelo jurídico interno e pelos escritórios terceirizados responsáveis, apresentamos a seguir as contingências judiciais e os passivos contingenciais do Plano de Gestão Administrativa.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Objeto do Pedido Perda Provável (Gestão Administrativa)	PGA	
	2025	2024
Trabalhista (a)	1.800	1.583
Cíveis (b)	2.984	228
Tributário (c)	1	10
TOTAL	4.785	1.821

- a) **Trabalhista** – processos trabalhistas envolvendo empregados da EFPC;
- b) **Cíveis** – referem-se aos processos de natureza cível, previdenciários ou não, decorrentes da gestão regular das atividades do SERPROS, envolvendo matérias contratuais, responsabilidade civil, previdenciárias e demais questões inerentes à atuação institucional da Entidade;
- c) **Tributário** – são os processos tributários envolvendo às atividades de gestão do SERPROS.

O aumento do contingenciamento registrado no PGA decorre, essencialmente, de dois fatores. No âmbito trabalhista, houve o registro de provisão referente a reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado da Entidade, cujo valor foi contingenciado de forma prudencial, em observância ao critério conservador adotado para mensuração de riscos judiciais. No campo cível, o acréscimo decorre do provisionamento de verba sucumbencial vinculada à demanda judicial originada no período da intervenção da PREVIC no SERPROS, envolvendo litígio travado com o Patrocinador SERPRO.

11.3. INVESTIMENTOS

Para fins de registro e atualização do contingenciamento passivo relativo aos investimentos envolvendo diretamente o SERPROS, em razão do acompanhamento realizado pelo jurídico interno e pelos escritórios terceirizados responsáveis, foram registrados os processos relacionados no quadro a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Objeto do Pedido Perda Provável (Fluxo dos Investimentos)	PSI		PSII BD		PSII CD		TOTAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Investimentos Estado Pernambuco	1.504	1.317	164	146	655	573	2.323	2.036
Investimento Porcão	492	431	961	805	357	347	1.810	1.583
Investimento Terceirização	64	56	7	6	30	26	101	88
Investimento OFND	649	567	-	-	-	-	649	567
Investimento BVA	166	145	104	89	146	128	416	362
Investimento ETB	333	291	1.730	1.508	304	271	2.367	2.070
TOTAL	3.208	2.807	2.966	2.554	1.492	1.345	7.666	6.706

Sobre os objetos, consta de cada nome o ativo estressado em que há a demanda judicial, contendo valores provisionados de forma conservadora, contemplando encargos processuais sucumbenciais. Todavia, no que se refere ao objeto “Investimento Terceirização”, há o agrupamento



dos processos em que o SERPROS, na qualidade de tomador de serviço, responde, de forma subsidiária (Súmula 331, do TST), por demanda judicial da empresa terceirizada, contratada pelo SERPROS.

11.4. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS COM PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências classificadas como perda possível são aquelas cujos desfechos futuros são incertos, mas não descartados, ou seja, existe uma probabilidade razoável de que o evento futuro possa ocorrer, mas sem uma expectativa de ocorrência suficientemente alta para ser considerada como perda provável.

O SERPROS, em conformidade com as normas contábeis e regulatórias, realiza o monitoramento contínuo dessas contingências, com a segregação dos valores por plano de benefícios, de forma a proporcionar maior transparência e clareza nas informações contábeis. O valor estimado de cada contingência está sujeito a revisões periódicas, conforme o andamento dos processos administrativos e judiciais, bem como mudanças em parâmetros legais e jurisprudenciais.

A segregação por plano visa detalhar de forma adequada o impacto de cada contingência no total das obrigações da Fundação, permitindo uma visão mais precisa e diferenciada dos riscos associados a cada um dos planos de benefícios administrados.

O quadro a seguir apresenta os valores das contingências classificadas como perda possível, discriminados por plano, conforme as estimativas mais atualizadas.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Objeto do Pedido Perdas Possíveis	PSI		PSII BD		PSII CD		TOTAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Desapropriação Ed. Lucas Lopes	777	679	89	78	363	317	1.229	1.074
Desapropriação Ed. Líder, Moacyr Valente e Santos barreto	3.349	2.930	387	338	1.563	1.367	5.299	4.635
Desapropriação Ed. Transatlântico	72	63	8	7	33	29	113	99
Debêntures Braskem	404	354	-	-	-	-	404	354
Investimentos Porcão	935	820	1.825	1.529	678	658	3.438	3.007
Investimentos Bioenergia	-	-	8	7	6	5	14	12
Investimentos ETB	219	191	1.133	988	199	178	1.551	1.357
Reparação Ex-Dirigentes	6.509	5.705	12.852	10.777	4.823	4.674	24.184	21.156
Expurgos Inflacionários	1.794	1.617	1.972	2.133	-	-	3.766	3.750
Reintegração	117	103	-	-	-	-	117	103
Previdenciário	177	133	211	195	-	-	388	328
Tributário	40	35	605	543	-	-	645	578
Contribuição de Risco	-	-	6	6	-	-	6	6
Trabalhista SERPRO	-	-	203	184	-	-	203	184
Indenizatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.393	12.630	19.299	16.785	7.665	7.228	41.357	36.643

Todos os valores de investimentos contingenciados são conservadores e consideram verba sucumbencial.

12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios foram avaliadas, segundo cálculos realizados pelo atuário externo, e atestadas pelo atuário interno da Entidade.

De acordo com os Laudos de Avaliação Atuarial, as mensurações das Provisões Matemáticas são as seguintes:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Provisões Matemáticas	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	2025	2024
Benefícios Concedidos	2.616.306	1.841.884	-	45.945	4.504.136	4.327.506
Parcela de Contribuição Definida	-	-	-	45.945	45.945	21.119
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.616.306	1.841.884	-	-	4.458.191	4.306.387
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	2.237.180	1.587.785	-	-	3.824.965	3.696.697
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	379.127	254.099	-	-	633.226	609.690
Benefícios a Conceder	591.112	-	3.624.509	3.753	4.219.374	3.783.770
Contribuição Definida	-	-	3.624.509	3.753	3.628.262	3.149.038
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	-	-	1.543.014	-	1.543.014	1.307.717
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	-	2.081.495	2.218	2.083.713	1.833.535
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portadas de EFPC/EAPC	-	-	-	1.535	1.535	7.786
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	591.061	-	-	-	591.061	634.679
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	591.061	-	-	-	591.061	634.679
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	51	-	-	-	51	53
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	51	-	-	-	51	53
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(93.164)	-	-	-	(93.164)	(101.938)
Déficit Equacionado	(93.164)	-	-	-	(93.164)	(101.938)
Patrocinadores	(46.582)	-	-	-	(46.582)	(50.969)
Participantes	(8.938)	-	-	-	(8.938)	(10.724)
Assistidos	(37.644)	-	-	-	(37.644)	(40.245)
Total	3.114.254	1.841.884	3.624.509	49.698	8.630.346	8.009.338

12.1. PLANO SERPRO I - PS-I

Observou-se que as provisões matemáticas apresentaram uma variação positiva de 1,47% em relação ao exercício anterior, sendo o aumento de 3,15% relativo aos compromissos com benefícios concedidos, a redução de 6,87% relativa aos compromissos com benefícios a conceder e a redução de 8,61% referente às provisões matemáticas a constituir, equivalente à amortização das contribuições extraordinárias de 35% das contribuições normais aplicadas desde 2008.

Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados neste exercício, bem como alterações das premissas atuariais como a inflação anual e a composição familiar dos participantes e aposentados do plano.

12.2. PLANO SERPRO II - PS-II

As provisões matemáticas de benefícios concedidos apresentaram no exercício um acréscimo de 4,06%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e



econômico-financeiros verificados neste exercício, bem como alterações das premissas atuariais como a inflação anual e a composição familiar dos participantes e aposentados do plano.

Com relação às provisões matemáticas relativas à parcela de contribuição definida, observou-se a elevação de 15,43% no exercício, decorrente da rentabilidade, do acréscimo de contribuições, bem como da adesão dos novos concursados e de não participantes do patrocinador Serpro.

12.3. PLANO SER+

O SER+ foi iniciado no exercício social de 2023. O conjunto de suas provisões matemáticas aumentaram em 65,13% no ano de 2025 em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, da entrada de portabilidades originadas majoritariamente do PS-II.

12.4. HIPÓTESES ATUARIAIS

12.4.1. PLANO SERPRO I - PS-I BD

Premissas Atuariais 2026/2025 - PS-I		
Premissas	2026	2025
Taxa de Juros Real Anual	5,08% a.a.	5,08% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Agravada em 10% segregada por sexo	AT-2012 IAM Basic Agravada em 10% segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana Desagravada em 50%	Grupo Americana Desagravada em 50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Tábua de Morbidez	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre Composição de Familiar	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 79,60% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 76,00% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.
Rotatividade Anual	0% para todas as idades.	0% para todas as idades.
Taxa de Crescimento Real Anual	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Inflação Anual	3,73% a.a.	3,00% a.a.



12.4.2. PLANO SERPRO II - PS-II BD

Premissas Atuariais 2026/2025 - PS-II BD		
Premissas	2026	2025
Taxa de Juros Real Anual	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Desagravada em 20% segregada por sexo	AT-2012 IAM Basic Desagravada em 20% segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana Desagravada em 60%	Grupo Americana Desagravada em 50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 segregada por sexo	MI-2006 segregada por sexo
Tábua de Morbidez	EXP AXD SERPRO II AJUSTADA I	EXP AXD SERPRO II AJUSTADA I
Hipótese sobre Composição de Familiar	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 86,40% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.	Participantes e Aposentados - Família Padrão: 83,10% dos participantes têm dependentes, possuem 2 filhos aos 34 anos de idade e as mulheres são 3 anos mais jovens que os homens. Pensionistas: utiliza-se a composição familiar real.
Rotatividade Anual	1,74% a.a. para todas as idades até 65 anos	1% a.a. para todas as idades até 65 anos
Taxa de Crescimento Real Anual	2,69% a.a. – Serpro 0,60% a.a. – Serpros	2,58% a.a.
Taxa de Inflação Anual	3,73% a.a.	3,00% a.a.

12.4.3. PLANO SER+

Quanto ao Plano de Benefícios SER+, não cabe a utilização de premissas atuariais para determinação dos compromissos correspondentes, pois é um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, onde as Provisões Matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições de participantes e de terceiros, seja do Instituidor ou das pessoas físicas ou jurídicas a ele vinculadas, acrescidos do retorno dos investimentos e, após a concessão do benefício, pela dedução dos valores pagos. Além disso, o regulamento prevê duas formas de cálculo para renda: Renda por percentual do saldo de conta e Renda em cotas por prazo certo, para as quais também não são utilizadas hipóteses atuariais.

Contudo, para fins de projeções previdenciais e administrativas, como também no Simulador de Renda do Plano Ser+ é utilizada a premissa de taxa de retorno real esperado dos investimentos no longo prazo, a Gerência de Investimentos indicou a taxa que melhor reflete a expectativa de retorno dos investimentos do Ser+ de 5,56% a.a. para 2026 (5,35% a.a. para 2025)., a ser utilizada nas simulações do Plano, que foi aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Premissas Atuariais 2026/2025 - SER+		
Premissas	2025	2025
Taxa de Retorno Real Esperada	5,56% a.a.	5,35% a.a.

13. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O superávit técnico dos planos de benefícios representa o excedente de recursos garantidores para cobertura dos seus compromissos. De acordo com os artigos 15 e 16 da Resolução CNPC nº 30/2018, de 10/10/2018, o resultado superavitário será destinado à constituição de Reserva de Contingência correspondente a até 25% das Provisões Matemáticas ou até o Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$, o que for menor. Ressaltando que, para fins dessa apuração serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir. Após a constituição da Reserva de Contingência, os recursos excedentes serão destinados à constituição da Reserva Especial para a revisão do plano de benefícios.

O déficit técnico dos planos de benefícios demonstra a insuficiência de recursos para cobertura dos seus compromissos. De acordo com o art. 29 da referida Resolução CNPC nº 30/2018, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado (LDTA), conforme fórmula a seguir: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Já o art. 30 da referida Resolução nº 30/2018 estabelece que o valor do Ajuste de Precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Descrição	2025	2024
Superávit Técnico	151.365	112.767
<i>Reserva de Contingência</i>	<i>151.365</i>	<i>112.767</i>
PSII BD	151.365	112.767
Déficit Técnico	(176.236)	(212.978)
<i>Déficit Técnico</i>	<i>(176.236)</i>	<i>(212.978)</i>
PSI	(176.236)	(212.978)
Resultados Realizados	(24.871)	(100.211)

Assim, a comparação do Patrimônio de Cobertura do PS-II BD em 2025 no valor de R\$ 1.993.249 mil com as Provisões Matemáticas de R\$ 1.841.884 mil resultou em um Equilíbrio Técnico positivo de R\$ 151.365 mil, equivalente a 8,22% das Provisões Matemáticas BD, que por estar abaixo do limite da Reserva de Contingência de 19,80%, foi registrado na conta de Reserva de Contingência.



Quanto ao PS-I em 2025, a comparação entre o Patrimônio de Cobertura no valor de R\$ 2.938.018 mil e as Provisões Matemáticas de R\$ 3.114.254 mil resultou em um Equilíbrio Técnico negativo de R\$ 176.236 mil, equivalente a 5,66% das Provisões Matemáticas.

O valor do Ajuste de Precificação positivo de R\$ 140.069 mil foi deduzido do resultado deficitário acumulado, resultando no valor do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 36.167 mil, abaixo do Limite de Déficit Técnico Acumulado (LDTA) de R\$ 165.435 mil, não sendo necessária a elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário de 2025 do Plano Serpro I.

13.1. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com a normatização vigente, o SERPROS calculou o Ajuste de Precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O Ajuste de Precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado. A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação.

13.1.1. PLANO PS-I BD

DADOS PARA CÁLCULOS

Duração do Passivo: 9,3122 anos

Data da Carteira: 30/12/2025

Taxa de Juros Real Anual: 5,08%

(Valores apresentados em R\$ mil)

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
R\$ 1.800.376	R\$ 1.940.445	R\$ 140.069

Os títulos utilizados para o ajuste de precificação estão apresentados no quadro a seguir.



(Valores apresentados em R\$)

ISIN	Vencimento	Quantidade	Fração	PU registro	PU registro carteira	Volume financeiro	Volume financeiro carteira	Ajuste
BRSTNCNTB3B8	15/08/2030	10.000	1	4.856,34	R\$ 4.652	R\$ 48.563.370	R\$ 46.522.686	R\$ 2.040.684
BRSTNCNTB3B8	15/08/2030	7.276	1	4.856,34	R\$ 4.611	R\$ 35.334.708	R\$ 33.550.783	R\$ 1.783.925
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	7.450	1	8.713,17	R\$ 8.451	R\$ 64.913.087	R\$ 62.963.668	R\$ 1.949.419
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	22.050	1	8.713,17	R\$ 8.451	R\$ 192.125.310	R\$ 186.355.553	R\$ 5.769.757
BRSTNCNTC0K4	01/01/2031	16.267	1	8.713,17	R\$ 8.451	R\$ 141.737.071	R\$ 137.480.534	R\$ 4.256.537
BRSTNCNTB007	15/05/2035	5.000	1	4.929,75	R\$ 4.771	R\$ 24.648.730	R\$ 23.852.588	R\$ 796.142
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	1	4.929,75	R\$ 4.681	R\$ 49.297.460	R\$ 46.807.505	R\$ 2.489.955
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	1	4.929,75	R\$ 4.654	R\$ 49.297.460	R\$ 46.539.680	R\$ 2.757.780
BRSTNCNTB007	15/05/2035	39.625	1	4.929,75	R\$ 4.559	R\$ 195.341.185	R\$ 180.638.369	R\$ 14.702.816
BRSTNCNTB007	15/05/2035	161	1	4.929,75	R\$ 4.152	R\$ 793.689	R\$ 668.496	R\$ 125.193
BRSTNCNTB007	15/05/2035	23.600	1	4.929,75	R\$ 4.152	R\$ 116.342.006	R\$ 97.990.681	R\$ 18.351.325
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.000	1	5.117,17	R\$ 4.912	R\$ 51.171.650	R\$ 49.121.924	R\$ 2.049.726
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	5.117,17	R\$ 4.904	R\$ 25.585.825	R\$ 24.519.775	R\$ 1.066.050
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.900	1	5.117,17	R\$ 4.899	R\$ 55.777.099	R\$ 53.403.326	R\$ 2.373.773
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	5.117,17	R\$ 4.895	R\$ 25.585.825	R\$ 24.474.153	R\$ 1.111.672
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.000	1	5.117,17	R\$ 4.613	R\$ 51.171.650	R\$ 46.134.194	R\$ 5.037.456
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	5.117,17	R\$ 4.580	R\$ 25.585.825	R\$ 22.897.879	R\$ 2.687.946
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	1.000	1	5.117,17	R\$ 4.571	R\$ 5.117.165	R\$ 4.570.856	R\$ 546.309
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	3.000	1	5.117,17	R\$ 4.553	R\$ 15.351.495	R\$ 13.659.239	R\$ 1.692.256
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.000	1	5.117,17	R\$ 4.546	R\$ 25.585.825	R\$ 22.730.393	R\$ 2.855.432
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	20.000	0	5.137,41	R\$ 4.927	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	5.137,41	R\$ 4.800	R\$ 51.374.090	R\$ 48.000.330	R\$ 3.373.760
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	9.000	1	5.137,41	R\$ 4.782	R\$ 46.236.681	R\$ 43.037.091	R\$ 3.199.590
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	5.137,41	R\$ 4.756	R\$ 51.374.090	R\$ 47.559.355	R\$ 3.814.735
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	7.900	1	5.137,41	R\$ 4.719	R\$ 40.585.531	R\$ 37.281.593	R\$ 3.303.938
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	5.137,41	R\$ 4.717	R\$ 51.374.090	R\$ 47.170.986	R\$ 4.203.104
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	4.800	1	5.137,41	R\$ 4.669	R\$ 24.659.563	R\$ 22.413.370	R\$ 2.246.193
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	3.333	1	5.137,41	R\$ 4.662	R\$ 17.122.984	R\$ 15.539.307	R\$ 1.583.677
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	5.137,41	R\$ 4.657	R\$ 51.374.090	R\$ 46.571.300	R\$ 4.802.790
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	5.137,41	R\$ 4.503	R\$ 51.374.090	R\$ 45.031.274	R\$ 6.342.816
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	4.747	0	5.137,41	R\$ 4.029	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	1	5.137,41	R\$ 4.029	R\$ 51.374.090	R\$ 40.290.850	R\$ 11.083.240
BRSTNCNTB0A6	15/05/2045	10.000	0	5.137,41	R\$ 4.029	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	20.000	1	5.279,07	R\$ 5.069	R\$ 105.581.380	R\$ 101.382.148	R\$ 4.199.232
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	10.000	1	5.279,07	R\$ 5.056	R\$ 52.790.690	R\$ 50.562.793	R\$ 2.227.897
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	8.000	0	5.279,07	R\$ 4.931	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	3.000	1	5.279,07	R\$ 4.520	R\$ 15.837.207	R\$ 13.560.147	R\$ 2.277.060
BRSTNCNTB3D4	15/08/2050	1.000	1	5.279,07	R\$ 4.518	R\$ 5.279.069	R\$ 4.517.889	R\$ 761.180
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	7.900	1	5.265,02	R\$ 4.750	R\$ 41.593.639	R\$ 37.528.440	R\$ 4.065.199
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	15.800	1	5.265,02	R\$ 4.750	R\$ 83.187.278	R\$ 75.046.737	R\$ 8.140.541
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	19.815	0	5.265,02	R\$ 4.356	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		411.624				R\$ 1.940.444.997	R\$ 1.800.375.892	R\$ 140.069.105

13.1.2. PLANO PS-II BD

DADOS PARA CÁLCULOS

Duração do Passivo: 9,8039 anos

Data da Carteira: 30/12/2025

Taxa de Juros Real Anual: 5,00%

(Valores apresentados em R\$ mil)

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
R\$ 1.333.027	R\$ 1.476.162	R\$ 143.135



Uma vez que o plano está superavitário, o valor do ajuste de precificação positivo não é aplicável para fins de distribuição de superávit.

Os títulos utilizados para o ajuste de precificação estão apresentados no quadro a seguir.

(Valores apresentados em R\$)

ISIN	Vencimento	Quantidade	Fração	PU registro	PU registro carteira	Volume financeiro	Volume financeiro carteira	Ajuste
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	3.306	1	R\$ 4.793	R\$ 4.639	R\$ 15.844.560	R\$ 15.337.033	R\$ 507.527
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	4.132	1	R\$ 4.793	R\$ 4.643	R\$ 19.803.304	R\$ 19.185.380	R\$ 617.924
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	2.479	0	R\$ 4.793	R\$ 4.507	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	4.132	0	R\$ 4.793	R\$ 4.507	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	4.132	0	R\$ 4.793	R\$ 4.507	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	8.264	0	R\$ 4.793	R\$ 4.507	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB4X0	15/08/2028	4.132	0	R\$ 4.793	R\$ 4.507	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	4.341	1	R\$ 4.871	R\$ 4.612	R\$ 21.145.697	R\$ 20.020.037	R\$ 1.125.660
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	7.527	1	R\$ 4.871	R\$ 4.612	R\$ 36.665.206	R\$ 34.713.387	R\$ 1.951.819
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	4.322	1	R\$ 4.871	R\$ 4.629	R\$ 21.053.145	R\$ 20.007.880	R\$ 1.045.265
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	4.132	1	R\$ 4.871	R\$ 4.637	R\$ 20.127.625	R\$ 19.162.019	R\$ 965.606
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	4.132	1	R\$ 4.871	R\$ 4.655	R\$ 20.127.625	R\$ 19.234.716	R\$ 892.909
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	826	1	R\$ 4.871	R\$ 4.662	R\$ 4.023.577	R\$ 3.850.858	R\$ 172.719
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	7.044	1	R\$ 4.871	R\$ 4.683	R\$ 34.312.437	R\$ 32.989.130	R\$ 1.323.307
BRSTNCNTB4M3	15/08/2030	6.183	1	R\$ 4.871	R\$ 4.686	R\$ 30.118.370	R\$ 28.970.960	R\$ 1.147.410
BRSTNCNTB674	15/08/2032	4.132	1	R\$ 4.938	R\$ 4.739	R\$ 20.404.892	R\$ 19.582.275	R\$ 822.617
BRSTNCNTB674	15/08/2032	7.000	1	R\$ 4.938	R\$ 4.372	R\$ 34.567.822	R\$ 30.600.675	R\$ 3.967.147
BRSTNCNTB252	15/05/2033	3.719	1	R\$ 4.896	R\$ 4.742	R\$ 18.206.841	R\$ 17.636.377	R\$ 570.464
BRSTNCNTB252	15/05/2033	10.000	1	R\$ 4.896	R\$ 4.289	R\$ 48.956.280	R\$ 42.889.727	R\$ 6.066.553
BRSTNCNTB007	15/05/2035	2.066	1	R\$ 4.957	R\$ 4.550	R\$ 10.241.661	R\$ 9.401.044	R\$ 840.617
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.654	R\$ 20.483.323	R\$ 19.230.196	R\$ 1.253.127
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.678	R\$ 20.483.323	R\$ 19.327.652	R\$ 1.155.671
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.683	R\$ 20.483.323	R\$ 19.348.810	R\$ 1.134.513
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.686	R\$ 20.483.323	R\$ 19.362.050	R\$ 1.121.273
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.687	R\$ 20.483.323	R\$ 19.364.684	R\$ 1.118.639
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.706	R\$ 20.483.323	R\$ 19.444.386	R\$ 1.038.937
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.710	R\$ 20.483.323	R\$ 19.460.369	R\$ 1.022.954
BRSTNCNTB007	15/05/2035	2.066	1	R\$ 4.957	R\$ 4.771	R\$ 10.241.661	R\$ 9.855.889	R\$ 385.772
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.790	R\$ 20.483.323	R\$ 19.793.338	R\$ 689.985
BRSTNCNTB007	15/05/2035	3.719	1	R\$ 4.957	R\$ 4.794	R\$ 18.435.982	R\$ 17.827.241	R\$ 608.741
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.132	1	R\$ 4.957	R\$ 4.801	R\$ 20.483.323	R\$ 19.838.384	R\$ 644.939
BRSTNCNTB007	15/05/2035	2.885	1	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ 14.301.642	R\$ 11.978.946	R\$ 2.322.696
BRSTNCNTB007	15/05/2035	3.347	1	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ 16.591.888	R\$ 13.897.238	R\$ 2.694.650
BRSTNCNTB007	15/05/2035	1.240	1	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ 6.146.980	R\$ 5.148.663	R\$ 998.317
BRSTNCNTB007	15/05/2035	2.400	1	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ 11.897.380	R\$ 9.965.154	R\$ 1.932.226
BRSTNCNTB007	15/05/2035	2.893	1	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ 14.341.300	R\$ 12.012.163	R\$ 2.329.137
BRSTNCNTB007	15/05/2035	826	1	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ 4.094.682	R\$ 3.429.674	R\$ 665.008
BRSTNCNTB007	15/05/2035	3.373	1	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ 16.720.776	R\$ 14.005.194	R\$ 2.715.582
BRSTNCNTB007	15/05/2035	3.373	1	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ 16.720.776	R\$ 14.005.194	R\$ 2.715.582
BRSTNCNTB007	15/05/2035	4.420	0	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB007	15/05/2035	1.653	0	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB007	15/05/2035	2.066	0	R\$ 4.957	R\$ 4.152	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB007	15/05/2035	10.000	0	R\$ 4.957	R\$ 4.246	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	1.240	1	R\$ 5.156	R\$ 4.480	R\$ 6.393.604	R\$ 5.554.830	R\$ 838.774
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	4.132	1	R\$ 5.156	R\$ 4.519	R\$ 21.305.137	R\$ 18.672.667	R\$ 2.632.470
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	2.066	1	R\$ 5.156	R\$ 4.537	R\$ 10.652.569	R\$ 9.374.377	R\$ 1.278.192
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	826	1	R\$ 5.156	R\$ 4.554	R\$ 4.258.965	R\$ 3.761.526	R\$ 497.439
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	2.066	1	R\$ 5.156	R\$ 4.556	R\$ 10.652.569	R\$ 9.411.782	R\$ 1.240.787
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	1.653	1	R\$ 5.156	R\$ 4.573	R\$ 8.523.086	R\$ 7.559.058	R\$ 964.028
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	4.042	1	R\$ 5.156	R\$ 4.657	R\$ 20.841.086	R\$ 18.825.154	R\$ 2.015.932
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	5.010	1	R\$ 5.156	R\$ 4.661	R\$ 25.832.221	R\$ 23.352.699	R\$ 2.479.522
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	1.475	1	R\$ 5.156	R\$ 4.683	R\$ 7.605.295	R\$ 6.906.815	R\$ 698.480
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	6.837	1	R\$ 5.156	R\$ 4.683	R\$ 35.252.474	R\$ 32.014.843	R\$ 3.237.631
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	4.141	1	R\$ 5.156	R\$ 4.695	R\$ 21.351.543	R\$ 19.442.181	R\$ 1.909.362
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	7.435	1	R\$ 5.156	R\$ 4.704	R\$ 38.335.841	R\$ 34.971.746	R\$ 3.364.095
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	1.859	1	R\$ 5.156	R\$ 4.722	R\$ 9.585.249	R\$ 8.777.887	R\$ 807.362
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	2.066	1	R\$ 5.156	R\$ 4.765	R\$ 10.652.569	R\$ 9.843.680	R\$ 808.889
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	2.066	1	R\$ 5.156	R\$ 4.895	R\$ 10.652.569	R\$ 10.112.720	R\$ 539.849
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	2.066	1	R\$ 5.156	R\$ 4.904	R\$ 10.652.569	R\$ 10.131.571	R\$ 520.998
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	826	1	R\$ 5.156	R\$ 4.918	R\$ 4.258.965	R\$ 4.062.017	R\$ 196.948
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	10.000	0	R\$ 5.156	R\$ 4.237	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB3C6	15/08/2040	4.800	0	R\$ 5.156	R\$ 4.229	R\$ -	R\$ -	R\$ -



BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	4.132	1	R\$ 5.185	R\$ 4.654	R\$ 21.423.688	R\$ 19.228.460	R\$ 2.195.228
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	8.264	1	R\$ 5.185	R\$ 4.657	R\$ 42.847.376	R\$ 38.486.522	R\$ 4.360.854
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	2.417	1	R\$ 5.185	R\$ 4.659	R\$ 12.531.717	R\$ 11.260.003	R\$ 1.271.714
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	8.264	1	R\$ 5.185	R\$ 4.659	R\$ 42.847.376	R\$ 38.499.241	R\$ 4.348.135
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	2.755	1	R\$ 5.185	R\$ 4.662	R\$ 14.284.187	R\$ 12.844.522	R\$ 1.439.665
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	4.132	1	R\$ 5.185	R\$ 4.664	R\$ 21.423.688	R\$ 19.270.815	R\$ 2.152.873
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	5.000	1	R\$ 5.185	R\$ 4.723	R\$ 25.924.114	R\$ 23.614.220	R\$ 2.309.894
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	4.896	1	R\$ 5.185	R\$ 4.728	R\$ 25.384.892	R\$ 23.148.654	R\$ 2.236.238
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	7.500	1	R\$ 5.185	R\$ 4.728	R\$ 38.886.171	R\$ 35.460.560	R\$ 3.425.611
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	1.240	1	R\$ 5.185	R\$ 4.864	R\$ 6.429.180	R\$ 6.031.722	R\$ 397.458
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	2.479	1	R\$ 5.185	R\$ 4.029	R\$ 12.853.176	R\$ 9.988.102	R\$ 2.865.074
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	826	1	R\$ 5.185	R\$ 4.029	R\$ 4.282.664	R\$ 3.328.024	R\$ 954.640
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	2.171	1	R\$ 5.185	R\$ 4.029	R\$ 11.256.250	R\$ 8.747.144	R\$ 2.509.106
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	1.696	1	R\$ 5.185	R\$ 4.029	R\$ 8.793.459	R\$ 6.833.328	R\$ 1.960.131
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	3.306	1	R\$ 5.185	R\$ 4.029	R\$ 17.141.024	R\$ 13.320.155	R\$ 3.820.869
BRSTNCNTB2U0	15/05/2045	2.066	1	R\$ 5.185	R\$ 4.029	R\$ 10.711.844	R\$ 8.324.090	R\$ 2.387.754
BRSTNCNTB476	15/08/2050	4.132	1	R\$ 5.334	R\$ 4.311	R\$ 22.040.532	R\$ 17.811.366	R\$ 4.229.166
BRSTNCNTB476	15/08/2050	4.132	1	R\$ 5.334	R\$ 4.478	R\$ 22.040.532	R\$ 18.502.088	R\$ 3.538.444
BRSTNCNTB476	15/08/2050	413	1	R\$ 5.334	R\$ 4.520	R\$ 2.202.986	R\$ 1.866.557	R\$ 336.429
BRSTNCNTB476	15/08/2050	413	1	R\$ 5.334	R\$ 4.522	R\$ 2.202.986	R\$ 1.867.449	R\$ 335.537
BRSTNCNTB476	15/08/2050	8.264	1	R\$ 5.334	R\$ 4.559	R\$ 44.081.064	R\$ 37.672.190	R\$ 6.408.874
BRSTNCNTB476	15/08/2050	4.132	1	R\$ 5.334	R\$ 4.577	R\$ 22.040.532	R\$ 18.910.829	R\$ 3.129.703
BRSTNCNTB476	15/08/2050	4.142	1	R\$ 5.334	R\$ 4.678	R\$ 22.093.873	R\$ 19.375.803	R\$ 2.718.070
BRSTNCNTB476	15/08/2050	5.372	0	R\$ 5.334	R\$ 4.687	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB476	15/08/2050	829	1	R\$ 5.334	R\$ 4.694	R\$ 4.421.975	R\$ 3.891.197	R\$ 530.778
BRSTNCNTB476	15/08/2050	8.100	1	R\$ 5.334	R\$ 4.697	R\$ 43.206.270	R\$ 38.043.327	R\$ 5.162.943
BRSTNCNTB476	15/08/2050	8.465	0	R\$ 5.334	R\$ 4.714	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB476	15/08/2050	6.401	1	R\$ 5.334	R\$ 4.717	R\$ 34.143.621	R\$ 30.192.220	R\$ 3.951.401
BRSTNCNTB476	15/08/2050	207	1	R\$ 5.334	R\$ 4.717	R\$ 1.104.160	R\$ 976.496	R\$ 127.664
BRSTNCNTB476	15/08/2050	7.000	0	R\$ 5.334	R\$ 4.107	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	10.000	0	R\$ 5.326	R\$ 4.751	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	2.500	1	R\$ 5.326	R\$ 4.752	R\$ 13.314.150	R\$ 11.879.296	R\$ 1.434.854
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	1.632	0	R\$ 5.326	R\$ 4.752	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BRSTNCNTB4Q4	15/05/2055	5.000	0	R\$ 5.326	R\$ 4.752	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		384.334				R\$ 1.476.161.814	R\$ 1.333.026.656	R\$ 143.135.158

14. FUNDOS

Em 31/12/2025 e de 2024, os Fundos estão assim constituídos:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Fundos	PSI	PSII BD	PSII CD	PGA	Consolidação	2025	2024
Previdenciais	-	346.464	1.703	-	-	348.167	322.453
Recursos Remanescentes do Patrocinador	-	-	1.703	-	-	1.703	467
Fundo de Riscos	-	346.464	-	-	-	346.464	321.987
Administrativo	35.050	20.495	36.401	91.946	(91.946)	91.947	85.988
Investimentos	9.059	1.398	6.424	-	-	16.881	14.586
Quota de Quitação por Morte	7.941	1.360	5.625	-	-	14.925	12.631
De Oscilação e Risco	1.118	38	799	-	-	1.955	1.955
Total	44.109	368.356	44.528	91.946	(91.946)	456.994	423.028

14.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Fundos com destinação específica constituídos com recursos da Gestão Previdencial, de acordo com a nota técnica específica e podem ser assim resumidos:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Fundos	PSI	PSII BD	PSII CD	Consolidação	2025	2024
Previdenciais	-	346.463	1.704	-	348.167	322.453
Recursos Remanescentes do Patrocinador	-	-	1.704	-	1.704	467
Fundo de Riscos	-	346.463	-	-	346.463	321.987



14.1.1. PS-II BD

Por ocasião da reavaliação atuarial de 2020 foi realizada uma reestruturação da modelagem atuarial dos benefícios de risco do PS-II, sendo criado o Fundo de Risco, para cobertura dos riscos relacionados à ocorrência a invalidez, morte, morbidez e reclusão, que ocasionarão o desembolso das indenizações para cobertura dos respectivos valores que suportarão tais benefícios. Em decorrência da referida reestruturação, os compromissos relativos aos benefícios de risco a conceder passaram a ser cobertos pelo Fundo de Risco que corresponde a R\$ 346.463 mil, em 31/12/2025.

(I) Fundo de Risco – destinado a custear os benefícios de Auxílio-Doença, o Auxílio-Reclusão, o Pecúlio por Morte e as parcelas da Aposentadoria por Invalidez e da Pensão por Morte de Participante Ativo não cobertas pelo saldo de conta para garantir o valor mínimo estabelecido no regulamento. O Fundo de Risco é atualizado pela rentabilidade da parcela BD do Plano, creditado das contribuições de risco e dos valores prescritos e debitados dos desembolsos supramencionados.

14.1.2. PS-II CD

Em função da aprovação das alterações do Regulamento do PS-II pela Previc, se fez necessário a constituição do **Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador**, em observância ao estabelecido no inciso III do art. 46 do regulamento do plano.

O Fundo de Recursos Remanescentes de Patrocinador está vinculado à parcela de contribuição definida do Plano, formado pelos saldos remanescentes das Contas de Participantes não utilizados para pagamento de Portabilidade ou Resgate, atualizado pela rentabilidade líquida da parcela de contribuição definida do PS-II, debitado de eventual utilização, conforme decisão do Patrocinador e mediante autorização do Conselho Deliberativo da Entidade. O referido fundo equivale a R\$ 1.704 mil, em 31/12/2025.

14.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo administrativo é utilizado para a cobertura das despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração dos seus Planos de Benefícios, na forma prevista no seu regulamento e plano de custeio.

É constituído ou revertido mensalmente pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro referente ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), conforme nota explicativa nº 15.

14.3. INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos com recursos cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos, conforme estabelecido no regulamento em vigor e podem ser assim resumidos:

(I) Fundos Investimentos - Quota de Quitação por Morte - Constituído para garantia dos empréstimos concedidos a participantes em caso de falecimento do devedor.

(II) Fundos Investimentos – Fundo de Oscilação e Risco - Calculado sobre as prestações de empréstimos para cobrir futura inadimplência.

15. GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

15.1. MOVIMENTAÇÕES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registros e controles inerentes às atividades da administração dos Planos de Benefícios. O SERPROS, atendendo à determinação legal contida na Resolução nº 62 de 09/12/2024, efetua suas operações administrativas em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

O quadro a seguir apresenta as movimentações da gestão administrativa:

(Valores apresentados em R\$ mil)

Detalhamento - Gestão Administrativa	2025	2024
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	85.989	89.286
Custeio da Gestão Administrativa	42.498	33.170
Despesas Administrativas	(33.577)	(34.646)
Pessoal e Encargos	(24.095)	(25.800)
Treinamentos / congressos e seminários	(390)	(304)
Viagens e estadias	(512)	(252)
Serviços de terceiros	(4.670)	(4.593)
Despesas gerais	(888)	(995)
Depreciações e amortizações	(204)	(230)
Tributos	(2.817)	(2.456)
Outras Despesas	(1)	(16)
Constituição/Reversão de Contingências	(2.964)	(1.821)
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	5.957	(3.297)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	91.946	85.989

Neste exercício social de 2025, o fundo administrativo foi constituído no valor de R\$ 5.957 mil (reversão de R\$ 3.297 mil em 2024).

15.2. AJUSTES NOS RESULTADOS ADMINISTRATIVOS DE 2024

No processo de revisão contábil e de conciliações efetuadas, foi constatado que, nos meses de novembro e dezembro de 2024, a baixa contábil dos adiantamentos de viagens e treinamentos não foi realizada. Assim, os valores permaneceram registrados na rubrica de Adiantamento de Viagens no encerramento do exercício social de 2024, e não foram realocados para as rubricas contábeis de despesas administrativas. O ajuste foi efetuado no exercício social de 2025. Apresentamos a seguir as rubricas contábeis e valores envolvidos no processo de reclassificação.

Rubrica Contábil	Valor apropriado	Situação
Treinamentos	R\$19.827,13	Despesa de 2024 apropriada ao resultado em 2025
Viagens e Estádias	R\$71.657,53	Despesa de 2024 apropriada ao resultado em 2025
Total	R\$91.484,66	Despesa de 2024 apropriada ao resultado em 2025

O evento identificado refere-se exclusivamente a não conformidade operacional que resultou em ausência da baixa contábil dos recursos relacionados a adiantamentos efetuados aos colaboradores, com repercussão de baixa materialidade nos resultados administrativos do PGA, e sem impacto financeiro para o SERPROS. A não conformidade já foi objeto de ajuste no exercício de 2025, com a implementação de novo procedimento que corrige de forma definitiva a situação.

O quadro apresentado a seguir demonstra os reflexos nos resultados de 2024 e 2025, considerando os ajustes efetuados.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Detalhamento - Gestão Administrativa	2025			2024		
	Divulgado	Ajuste	Ajustado	Divulgado	Ajuste	Ajustado
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	85.989	85.989	85.989	85.989	85.989	85.989
Custeio da Gestão Administrativa	42.498	42.498	42.498	33.170	33.170	33.170
Despesas Administrativas	(33.577)	91	(33.486)	(34.646)	(91)	(34.737)
Pessoal e Encargos	(24.095)	-	(24.095)	(25.800)	-	(25.800)
Treinamentos / congressos e seminários	(390)	20	(370)	(304)	(20)	(324)
Viagens e estádias	(512)	71	(441)	(252)	(71)	(323)
Serviços de terceiros	(4.670)	-	(4.670)	(4.593)	-	(4.593)
Despesas gerais	(888)	-	(888)	(995)	-	(995)
Depreciações e amortizações	(204)	-	(204)	(230)	-	(230)
Tributos	(2.817)	-	(2.817)	(2.456)	-	(2.456)
Outras Despesas	(1)	-	(1)	(16)	-	(16)
Constituição/Reversão de Contingências	(2.964)	-	(2.964)	(1.821)	-	(1.821)
Aumento/Diminuição do Fdo Administrativo	5.957	91	6.048	(3.297)	(91)	(3.388)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	91.946	91	92.037	82.692	(91)	82.601



16. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram realizados os ajustes e eliminações de consolidação em atendimento ao disposto na Resolução Previc nº 23/2023, que estão discriminadas a seguir.

(Valores apresentados em R\$ mil)

Ativo	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	Consolidação	Consolidado
Disponível	-	3	1.190	-	1.528	-	2.721
Realizável	2.997.608	2.405.314	3.855.023	49.779	101.575	(95.222)	9.314.077
Gestão Previdencial	4.970	2.461	2.851	-	-	-	10.282
Gestão Administrativa	35.050	20.495	36.401	-	3.789	(95.222)	513
Investimentos	2.957.588	2.382.358	3.815.771	49.779	97.786	-	9.303.282
Permanente	-	-	-	-	504	-	504
Imobilizado	-	-	-	-	436	-	436
Intangível	-	-	-	-	68	-	68
Total do Ativo	2.997.608	2.405.317	3.856.213	49.779	103.607	(95.222)	9.317.303

(Valores apresentados em R\$ mil)

Passivo	PSI	PSII BD	PSII CD	SER+	PGA	Consolidação	Consolidado
Exigível Operacional	12.273	30.455	185.684	80	6.874	-	3.274
Gestão Previdencial	5.340	28.642	181.922	80	-	-	215.984
Gestão Administrativa	-	-	-	-	6.868	(3.274)	6.868
Investimentos	6.933	1.814	3.762	-	6	-	12.515
Exigível Contingencial	3.208	13.257	1.492	-	4.785	-	22.742
Gestão Previdencial	-	10.291	-	-	-	-	10.291
Gestão Administrativa	-	-	-	-	4.785	-	4.785
Investimentos	3.208	2.966	1.492	-	-	-	7.666
Patrimônio Social	2.982.127	2.361.604	3.669.038	49.699	91.946	(91.946)	9.062.469
Patrimônio de Cobertura	2.938.019	1.993.249	3.624.509	49.699	-	-	8.605.475
Provisões Matemáticas	3.114.254	1.841.884	3.624.509	49.699	-	-	8.630.346
Benefícios Concedidos	2.616.306	1.841.884	-	45.946	-	-	4.504.136
Benefícios a Conceder	591.113	-	3.624.509	3.753	-	-	4.219.375
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(93.165)	-	-	-	-	-	(93.165)
Equilíbrio Técnico	(176.236)	151.365	-	-	-	-	(24.871)
Resultados Realizados	(176.236)	151.365	-	-	-	-	(24.871)
Superávit Técnico acumulado	(176.236)	151.365	-	-	-	-	(24.871)
Fundos	44.109	368.355	44.529	-	91.946	(91.946)	456.993
Previdencial	-	346.463	1.704	-	-	-	348.167
Administrativo	35.050	20.495	36.401	-	91.946	-	183.892
Investimentos	9.059	1.398	6.424	-	-	(91.946)	16.881
Total do Passivo	2.997.608	2.405.316	3.856.215	49.779	103.605	(95.220)	9.317.303

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1. ATIVOS CONTINGENTES

AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA O SERPRO (PATROCINADOR)

Em virtude do atraso do Serpro no pagamento das contribuições normais e extraordinárias, o SERPROS, cumprindo seu dever fiduciário, promoveu duas ações de cobrança contra o Patrocinador:



Ação de cobrança n.º 0012357-10.2016.4.01.3400 em trâmite na 9ª Vara Federal do DF, proposta em 29/02/2016, envolvendo a cobrança de valores relativos aos acordos, em virtude de decisão do TCU que determinou a suspensão das contribuições extraordinárias a partir de dezembro de 2009. Houve o encerramento da instrução em novembro/2022, com prolação reconhecendo a prescrição, o que foi objeto de recurso pelo SERPROS, pendente de julgamento.

Ação de cobrança n.º 26272-89.2016.4.01.3400, proposta em 27/04/2016, em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, que em razão de dificuldades financeiras o patrocinador atrasou o pagamento dos contratos e das contribuições normais no período de 2013 a 2016. Em maio de 2021, houve celebração de acordo com o Patrocinador, com valores já recebidos à época, tendo o processo sido extinto em abril de 2024, com a necessária homologação.

17.2. ATIVOS RECUPERÁVEIS

As informações constantes nesse item, podem ser consultadas nos itens: (i) 8.1.2.2.2; (ii) 8.1.2.2.3; (iii) 8.1.2.2.4; (iv) 8.1.2.3; (v) 8.1.2.4; (vi) 8.1.4.1; (vii) 8.1.5; (viii) 8.1.6; (ix) 10.2; (x) 11.3; (xi) 17.1.

18. PARTES RELACIONADAS

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBCT 17 (renumerada para NBC TG05 (R3)), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) (IAS 24 do IASB), para tratar da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade do balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estar afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar têm por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios complementares ou suplementares à previdência social. Para a realização de seus objetivos, as entidades realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- i)** recebimentos de contribuições previdenciárias / administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos e pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- ii)** concessão de empréstimos aos participantes/assistidos, mediante regulamentos próprios; e



iii) pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos Conselhos Estatutários, membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho Deliberativos.

Além das operações recorrentes as entidades, realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como: realizações de operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

No SERPROS são consideradas Partes Relacionadas:

i) pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Entidade, tomadas em conjunto ou individualmente;

ii) pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Entidade ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Entidade;

iii) pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;

iv) Considera-se que uma entidade está relacionada com a Entidade se: (a) entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Entidade; (b) a entidade exercer influência relevante sobre a Entidade; (c) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificada nos itens (i) e (ii).

As transações recorrentes com Partes Relacionadas são aquelas que decorrem de transações com patrocinadoras, participantes e assistidos, ou seja, da natureza das atividades da Entidade, cujos relacionamentos se iniciam por intermédios de Convênios de Adesões para oferecimento dos planos administrados pela Entidade, recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme previstos nos respectivos regulamentos.

Todas as transações recorrentes com partes relacionadas foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

i) Patrocinadores/Instituidores:

- Contribuições Previdenciárias / Administrativas: Podem verter contribuições previdenciárias e administrativas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios por eles patrocinados.

ii) Participantes Ativos/Assistidos:

- Contribuições Previdenciárias / Administrativas: vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios;



- Empréstimos (Operações com Participantes) – Podem ser obtidos pelos participantes, caso permitido pelo regulamento de seu respectivo plano de benefícios, nas condições nele dispostas.

Os saldos das carteiras de empréstimos encontram-se na nota explicativa 8.1.4.

- Benefícios de Prestação única, continuada, pensões e pecúlios: podem ser obtidos de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios. O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutaç o do Ativo L quido dos respectivos planos.

iii) Empregados do SERPROS:

- Podem ser participantes dos planos de benef cios, entretanto, ressaltamos nesta rela o, eles obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.

- Remunera o Global: A remunera o total dos empregados, incluindo sal rios, encargos, benef cio e plano de pens o foi de R\$ 19.942 mil em 2025 (R\$ 21.720 mil em 2024).

iv) Diretoria do SERPROS:

Remunera o Global: A remunera o total da Diretoria, incluindo honor rios e encargos, foi de R\$ 2.479 mil em 2025 (R\$ 2.568 mil em 2024).

v) Remunera o de Conselheiros Deliberativos:

- A remunera o total dos Conselheiros Deliberativos, incluindo encargos, foi de R\$ 630 mil em 2025 (R\$ 555 mil em 2024).

vi) Remunera o de Conselheiros Fiscais:

- A remunera o total dos Conselheiros Fiscais, incluindo encargos, foi de R\$ 321 mil em 2025 (R\$ 277 mil em 2024).

19. GEST O DE RISCOS

O processo de gerenciamento de riscos corporativos e controles internos se pauta na arquitetura elaborada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, contemplando a identifica o, avalia o (qualitativa e/ou quantitativa) e tratamento dos riscos associados aos processos organizacionais, a partir da ado o de fun oes segregadas e harm nicas quanto  s diretrizes e aos objetivos institucionais (1^a Linha:  reas operacionais e comit s de assessoramento; 2^a Linha: Ger ncia de Riscos, Controles Internos e Compliance; e, 3^a Linha: Auditoria Interna), al m de a oes peri dicas de dissemina o, treinamento e capacita o dos colaboradores sobre a cultura de gest o de riscos que deve pautar todas as atividades do SERPROS.

A metodologia utilizada engloba a Autoavalia o de Riscos e Controles em ciclos peri dicos



que envolvem todas as áreas no entendimento do contexto para o diagnóstico dos fatores de riscos corporativos, com vistas à melhoria contínua do desempenho organizacional por meio da revisão de processos, elaboração de planos de ação e criação de mecanismos para mitigação contínua, considerando:

- Diretrizes e objetivos fixados anualmente no planejamento estratégico;
- Apetite e tolerância a riscos;
- Avaliação do impacto e da probabilidade de ocorrência dos fatores de risco;
- Macroprocessos, processos e subprocessos da cadeia de valor da entidade;
- Conformidade com a legislação aplicável;
- Aderência à normatização interna;
- Sistemas de informação que dão suporte às atividades desempenhadas;
- Gestão orçamentária e de pessoas;
- Integração com as instâncias de auditoria.

O gerenciamento de riscos se pauta nos conceitos constantes no Dicionário de Riscos do SERPROS, bem como parâmetros pertinentes, considerando as seguintes categorias:

Riscos Estratégicos (Conjuntura; Competição; Planejamento; Execução das Diretrizes Estratégicas; e, ASG – Ambiental, Social e de Governança) – Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, bem como utilização de premissas ou análises de cenários inadequados na tomada de decisões estratégicas, fundamentais para o desempenho e a sustentabilidade do negócio.

Riscos de Imagem/Reputação (Publicidade Negativa; Divulgação de Informações (externas e internas); e, Imagem associada a Parceiros e Colaboradores) - Possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa pelas partes interessadas (patrocinadores, participantes, assistidos, beneficiários, contrapartes, órgãos governamentais, comunidade etc.), de forma pontual ou permanente, afetando adversamente a sustentabilidade do negócio.

Riscos de Compliance (Integridade; Fraude; Corrupção/Suborno; Proteção e Privacidade de Dados; e, Lavagem de Dinheiro) - Possibilidade de perdas (financeira, operacional e/ou reputacional) por descumprimento de obrigações institucionais, seja em função de ausência de conformidade externa (legislação e regras que delimitam a atuação do setor - exposição da Entidade a penalidades legais) ou interna (próprios regulamentos e normativos internos).

Riscos de Mercado (Oscilações Adversas; e, Concentração da Carteira) – Possibilidade de perdas decorrentes de flutuações adversas nos preços dos fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities etc.) que afetam os valores dos ativos e passivos financeiros da Entidade.

Há gerenciamento do risco e do retorno esperado dos investimentos (diretos e indiretos),



utilizando modelo que limita a probabilidade de perdas máximas toleradas. Em conformidade com a legislação, o acompanhamento do risco de mercado é realizado através do *Value-at-Risk* (VaR) que estima a perda esperada para os planos, com base em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada. Além disso, para análise do segmento de renda variável, é utilizado o *Benchmark Value-at-Risk* (B-VaR) que estima a perda estimada em relação ao Ibovespa.

Riscos de Crédito (Contraparte; Degradação da Qualidade; Concentração de Crédito; e, Garantia) – Possibilidade de perdas decorrentes de incapacidade de pagamento ao credor relacionada aos instrumentos e contratos financeiros componentes da carteira de investimentos e de valores a receber da Entidade.

Avaliados com base em estudos e análises produzidos junto aos gestores terceirizados que consideram os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Riscos de Liquidez (Descasamento; Solvência; e Liquidação Forçada) – Possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de despendar ativos ou tomar recursos em condições adversas por necessidade de caixa.

Relacionados ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. À medida que os prazos de vencimento das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos, bem como o planejamento deve garantir que as alienações dos ativos ocorram no prazo certo e a preço justo. O controle desse risco no SERPROS é feito por meio de estudo de ALM (*Asset Liability Management*) na modalidade estocástico, cuja metodologia consiste na projeção da carteira de ativos e do fluxo de caixa previdenciário dos planos, a partir de simulação onde são consideradas premissas de reinvestimento visando a liquidez.

Riscos Atuariais (Provisão; Actuarial Técnico; Acumulação Insuficiente; e, Cadastro) – Possibilidade de desequilíbrio nos planos de benefícios por perdas decorrentes de metodologias inadequadas ou da adoção de hipóteses ou premissas atuariais pouco aderentes à massa de participantes.

Contemplam a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes dos planos.

Riscos Legais (Contencioso; Contratual; Conformidade Externa; Tributário; e, Trabalhista) – Possibilidade de perdas decorrentes de penalidades resultantes de ações de órgãos de fiscalização e de controle, bem como de decisões desfavoráveis em aspectos legais e regulamentares que envolvam contratos firmados e processos judiciais ou administrativos.

Podem gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades diversas e investimentos, é realizado por meio da elaboração de relatórios para verificar a aderência dos



investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos, bem como da revisão periódica de regulamentos dos fundos, exclusivos ou não, e de pareceres jurídicos em relação aos contratos com terceiros.

Riscos Operacionais (Processo; Segurança da Informação; Sistemas; Cibernético; Conformidade Operacional; Documentação; Eventos externos ou Catástrofes; Falha Humana; Indisponibilidade de pessoal especializado; Dimensionamento de pessoal; Infraestrutura; e, Salvaguarda de ativos) – Possibilidade de perdas decorrentes de eventos que comprometam direta ou indiretamente as atividades do Serpros, em função de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e infraestrutura.

Riscos de Terceirização (Concentração na terceirização; Responsabilidade Solidária; Parceiro; e Qualidade) – Possibilidade de perdas decorrentes de situações em que os serviços prestados ou os processos executados por terceiros não atinjam os padrões contratados e esperados.

Na administração dos recursos financeiros, há possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos do SERPROS (gestão terceirizada e/ou própria), por meio da delegação de determinadas responsabilidades a gestores externos, o que não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

No geral, ainda podemos mencionar os riscos sistêmicos, em função do reflexo de uma parte limitada do segmento se propagar por todo o sistema, em efeito cascata, acarretando uma insolvência generalizada e/ou a descontinuidade dos negócios. Desta forma, o gerenciamento de riscos também considera as análises setoriais e os comentários econômicos de especialistas e relatórios divulgados pelo Banco Central do Brasil, além das melhores práticas de mercado recomendadas.

Em relação aos riscos financeiros dos investimentos (mercado, crédito e liquidez), é importante informar que esses são avaliados por consultoria externa contratada e, quando aplicável, pelo Comitê de Riscos de Investimentos (COR), de forma a subsidiar as recomendações do Comitê de Aplicações (CAP) e decisões dos órgãos colegiados.

Com vista ao cumprimento do pagamento de benefícios correntes e futuros, os recursos garantidores dos planos de benefícios são geridos sob as boas práticas de gestão de investimentos. Além disso, o SERPROS reconhece os riscos aos quais está exposto em suas diversas classes de ativos financeiros, com monitoramento contínuo no que tange à proativo gerenciamento de riscos corporativos, observados os dispositivos da Resolução CMN nº 4.994/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025 e Resolução CGPC nº 13/2004.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alterações na estrutura contábil – Portaria Previc nº 1.071/2025

Em 18 de novembro de 2025, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc publicou a Portaria Previc nº 1.071, que altera os Anexos I, II e III da Resolução Previc nº 23/2023, promovendo inclusões, alterações e a inibição da utilização de determinadas rubricas na estrutura contábil padrão aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A referida Portaria estabelece, ainda, o tratamento contábil a ser aplicado às contas descontinuadas, bem como orientações para reclassificações de saldos existentes.

As alterações introduzidas pela Portaria Previc nº 1.071/2025 passam a produzir efeitos a partir de 01/01/2026, não tendo impacto direto sobre os saldos e registros contábeis reconhecidos nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2025. A Entidade adequou de seus sistemas, controles e procedimentos contábeis, de forma a assegurar a correta adoção da nova estrutura contábil a partir do exercício de 2026, em conformidade com a regulamentação vigente.

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

Edilene dos Reis Rocha Araujo

Diretora Presidente

CPF: 803.431.801-97

Alexandre José Valadares Jordão

Diretor de Administração e Seguridade

CPF: 291.488.041-34

Leonardo Dias Baptista Gomes

Diretor de Investimentos

CPF: 302.867.998-12

Geraldo de Assis Souza Júnior

Contador - CRC/MG 069.483/O-9

CPF: 715.901.376-04

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
Serpros Fundo Multipatrocinado
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Serpros Fundo Multipatrocinado** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Serpros Fundo Multipatrocinado** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de março de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos quando identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 11 de março de 2026

BEZ Auditores Independentes Ltda.

CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez

CRC-PR 037262/O-2